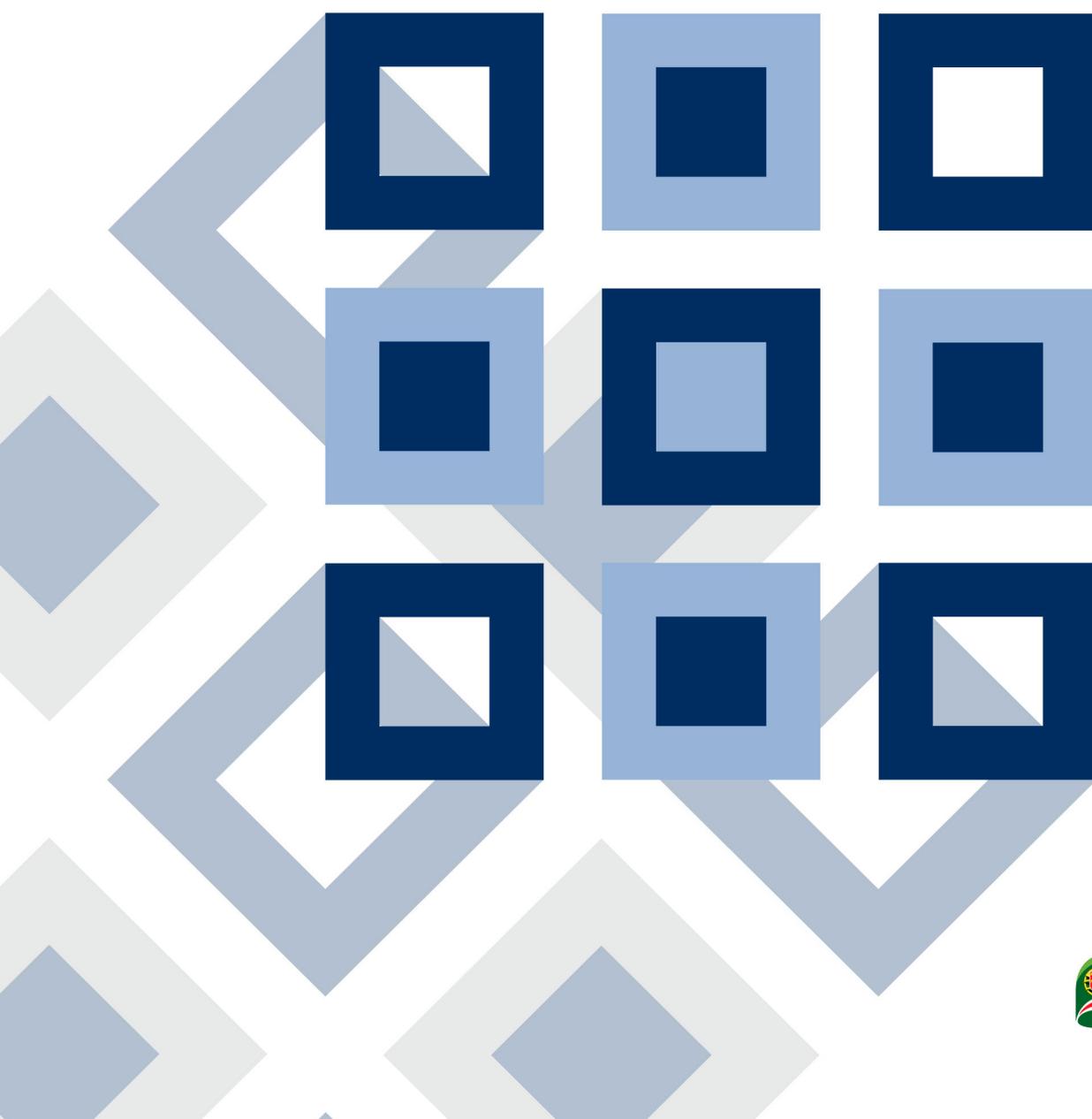


CARTA SOCIAL

Rede de Serviços e Equipamentos

Relatório 2019

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social



® Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS)

CARTA SOCIAL – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS 2019

Coordenação: GEP/MTSSS

Colaboração: ISS, IP – Instituto da Segurança Social, IP (MTSSS), SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (MTSSS) e CPL – Casa Pia de Lisboa (MTSSS)

Email: cartasocial@gep.mtsss.pt

Página: www.cartasocial.pt; www.gep.mtsss.gov.pt

ISBN: 978-972-704-441-2

Título: CARTA SOCIAL - Rede de serviços e equipamentos - Relatório 2019

Autor: GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento

Suporte: Digital

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor por GEP/MTSSS

Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

Praça de Londres, n.º 2 - 5.º andar

1049-056 Lisboa

Tel.: (+351) 211 155 000

Fax: (+351) 211 155 150

Lisboa, setembro de 2021

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

CARTA SOCIAL

Rede de Serviços e Equipamentos

Relatório 2019

Índice

1. Nota introdutória.....	11
2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos.....	12
2.1. Entidades Proprietárias.....	12
2.1.1. Entidades Proprietárias: lucrativas e não lucrativas	12
2.1.2. Distribuição territorial	13
2.2. Equipamentos Sociais.....	15
2.2.1. Equipamentos sociais de entidades lucrativas e não lucrativas.....	15
2.2.2. Distribuição territorial	16
2.2.3. Equipamentos sociais novos e encerrados.....	17
2.3. Respostas Sociais	18
2.3.1. Respostas sociais por população-alvo	18
2.3.2. Distribuição territorial	19
2.3.3. Respostas sociais novas.....	20
2.3.4. Relação entre a capacidade instalada e o número de utentes	21
3. Respostas sociais por população-alvo	22
3.1. Crianças e Jovens.....	22
3.1.1. Número de respostas sociais.....	22
3.1.2. Capacidade	23
3.1.3. Distribuição territorial	24
3.1.4. Taxa de cobertura.....	26
3.1.5. Taxa de utilização	27
3.1.6. Funcionamento	29
3.1.7. Caracterização dos utentes	31
3.1.8. A resposta social Educação Pré-Escolar.....	32
3.2. Pessoas com Deficiência ou Incapacidade.....	34
3.2.1. Número de respostas sociais.....	34
3.2.2. Capacidade	35
3.2.3. Distribuição territorial	35
3.2.4. Taxa de cobertura.....	37
3.2.5. Taxa de utilização	38
3.2.6. Funcionamento	39
3.2.7. Caracterização dos utentes	41
3.3 Pessoas Idosas.....	44
3.3.1. Número de respostas sociais.....	44
3.3.2. Capacidade	45
3.3.3. Distribuição territorial	46
3.3.4. Taxa de cobertura.....	48
3.3.5. Taxa de utilização	49
3.3.6. Funcionamento	50
3.3.7. Caracterização dos utentes	50

3.4. Família e Comunidade	53
3.4.1. Número de respostas sociais.....	53
3.4.2. Capacidade	53
3.4.3. Distribuição territorial	54
3.4.4. Taxa de utilização	54
3.4.5. A resposta social Acolhimento Familiar.....	55
3.5. Pessoas Toxicodependentes	57
3.5.1. Número de respostas sociais.....	57
3.5.2. Capacidade	57
3.5.3. Distribuição territorial	58
3.5.4. Taxa de utilização	58
3.6. Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias.....	59
3.6.1. Número de respostas sociais.....	59
3.6.2. Capacidade	59
3.6.3. Distribuição territorial	60
3.6.4. Taxa de utilização	60
3.7. Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico	61
3.7.1. Respostas sociais	61
3.7.2. Capacidade	61
3.7.3. Distribuição territorial	62
3.7.4. Taxa de utilização	62
3.8. Unidades e Equipas de Cuidados Continuados Integrados	63
4. Despesas de funcionamento em serviços e equipamentos sociais:	
o esforço público	65
4.1. Despesa de funcionamento.....	65
4.2. Participação da Segurança Social através dos acordos de cooperação.....	66
ANEXOS	67
Nomenclaturas e Conceitos.....	69

Índice de Figuras

Figura 1 Evolução do número de entidades proprietárias segundo a natureza jurídica, Continente – 2000-2019 ¹	12
Figura 2 Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, Continente – 2019	13
Figura 3 Distribuição territorial das entidades proprietárias por NUTS II, segundo a natureza jurídica – 2019	13
Figura 4 Distribuição territorial das entidades proprietárias por distrito – 2019	14
Figura 5 Distribuição territorial das entidades proprietárias, por concelho – 2019	14
Figura 6 Evolução do número de equipamentos, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2000-2019	15
Figura 7 Distribuição percentual dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2019.....	15
Figura 8 Distribuição territorial dos equipamentos sociais por NUTS II, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária – 2019	16
Figura 9 Distribuição territorial dos equipamentos sociais por distrito (A) e concelho (B) – 2019.....	16
Figura 10 Distribuição percentual do número de equipamentos sociais novos e encerrados, Continente – 2010-2019	17
Figura 11 Distribuição percentual do número de equipamentos sociais novos (A) e dos equipamentos sociais encerrados (B), segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2019	17
Figura 12 Distribuição percentual do número de equipamentos sociais novos e encerrados, por distrito – 2019	17
Figura 13 Evolução do número de respostas sociais por população-alvo, Continente – 2000-2019.....	18
Figura 14 Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo, Continente – 2019	18
Figura 15 Distribuição territorial das respostas sociais por população-alvo e distrito – 2019	19
Figura 16 Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo e NUTS II – 2019	20
Figura 17 Evolução do número de respostas sociais novas, Continente – 2010-2019	20
Figura 18 Distribuição percentual do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2019	20
Figura 19 Distribuição do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito – 2019.....	20
Figura 20 Distribuição percentual das respostas sociais novas, por tipologia, Continente – 2019.....	21
Figura 21 Evolução da capacidade e dos utentes, Continente – 2000-2019	21
Figura 22 Evolução do número das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2019 ¹	22
Figura 23 Evolução do número de respostas de Creche, Continente – 2000-2019 ¹	22
Figura 24 Distribuição percentual do número de respostas de Creche segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2019.....	23
Figura 25 Evolução da capacidade das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2019 ¹ ...	23
Figura 26 Evolução da capacidade, número de utentes e número de utentes em acordo da resposta social Creche, Continente – 2000-2019 ¹	23
Figura 27 Relação entre a população dos 0 aos 3 anos e a população total, distrito e concelho – 2019	24
Figura 28 Distribuição territorial das respostas sociais para as Crianças e Jovens, por concelho – 2019.....	25
Figura 29 Distribuição territorial da resposta social Creche, por concelho – 2019	25
Figura 30 Distribuição percentual da resposta social Creche, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2019.....	25
Figura 31 Evolução da taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente – 2009-2019 ¹	26
Figura 32 Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho – 2019.....	27
Figura 33 Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente – 2009-2019 ¹	27
Figura 34 Evolução do número de crianças dos 0-3 anos e do n.º de utentes em Creche, Continente – 2000-2019 ¹	28
Figura 35 Evolução da taxa de cobertura e da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2000-2019 ¹	28
Figura 36 Taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho – 2019	28
Figura 37 Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2019.....	29
Figura 38 Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por período de funcionamento, Continente – 2019.....	29
Figura 39 Distribuição percentual das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens com encerramento para férias, Continente – 2019.....	29
Figura 40 Distribuição percentual das Creches por horário de abertura, Continente – 2019	30
Figura 41 Distribuição percentual das Creches por horário de encerramento, Continente – 2019.....	30
Figura 42 Distribuição percentual dos CATL por horário de abertura, Continente – 2019	30
Figura 43 Distribuição percentual dos CATL por horário de encerramento, Continente – 2019	30

Figura 44 Distribuição percentual das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens por número de horas em funcionamento, Continente – 2019.....	31
Figura 45 Distribuição percentual das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens por tempo médio de frequência diária das crianças, Continente – 2019	31
Figura 46 Distribuição percentual dos utentes das principais respostas para Crianças e Jovens por escalão etário, Continente – 2019.....	31
Figura 47 Evolução do número de respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2000-2019 ¹	34
Figura 48 Evolução do número de respostas sociais CAO e Lar Residencial, Continente – 2000-2019 ¹	34
Figura 49 Evolução da capacidade das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2000-2019 ¹	35
Figura 50 Evolução da capacidade e do número de utentes da resposta social CAO, Continente – 2000-2019 ¹	35
Figura 51 Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, por distrito – 2019.....	36
Figura 52 Distribuição territorial da resposta social Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), por distrito – 2019	36
Figura 53 Evolução da Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2009-2019 ¹	37
Figura 54 Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, distrito – 2019.....	37
Figura 55 Evolução da taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2009-2019 ¹	38
Figura 56 Taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, por distrito – 2019.....	38
Figura 57 Distribuição percentual das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2019.....	39
Figura 58 Distribuição percentual das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade por período de funcionamento, Continente – 2019	39
Figura 59 Distribuição percentual das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade com encerramento para férias, Continente – 2019	39
Figura 60 Distribuição percentual dos CAO por horário de abertura, Continente – 2019.....	40
Figura 61 Distribuição percentual dos CAO por horário de encerramento, Continente – 2019	40
Figura 62 Distribuição percentual dos CAO por tempo médio de frequência diária dos utentes, Continente – 2019	40
Figura 63 Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade por escalão etário, Continente – 2019	41
Figura 64 Distribuição percentual dos utentes em respostas para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade por tempo de permanência, Continente – 2019	41
Figura 65 Distribuição percentual dos utentes em CAO por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2019	42
Figura 66 Distribuição percentual dos utentes em Lar Residencial por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2019	42
Figura 67 Distribuição percentual dos utentes em CAO (A) e em Lar Residencial (B) por existência de problemas nas funções do corpo, Continente – 2019	42
Figura 68 Distribuição percentual dos utentes em CAO com participação em atividades/projetos de inclusão na sociedade, Continente – 2019	43
Figura 69 Evolução do número das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2019 ¹	44
Figura 70 Evolução do número de respostas sociais ERPI e SAD, Continente – 2000-2019 ¹	44
Figura 71 Evolução da capacidade das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2019 ¹	45
Figura 72 Evolução da capacidade e do número de utentes da resposta social SAD, Continente – 2000-2019 ¹	45
Figura 73 Relação entre a População Idosa (≥ 65 anos) e a População Total, por distrito e por concelho – 2019.....	46
Figura 74 Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2019	47
Figura 75 Distribuição territorial da resposta social SAD, por concelho – 2019	47
Figura 76 Distribuição percentual da resposta social SAD, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2019	47
Figura 77 Evolução da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2009-2019 ¹	48
Figura 78 Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2019	48
Figura 79 Evolução da taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2009-2019 ¹	49
Figura 80 Taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2019	49

Figura 81 Distribuição percentual das principais respostas para as Pessoas Idosas por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2019.....	50
Figura 82 Distribuição percentual das principais respostas para as Pessoas Idosas por período de funcionamento, Continente – 2019.....	50
Figura 83 Distribuição percentual dos utentes das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas por escalão etário, Continente – 2019.....	50
Figura 84 Distribuição percentual dos utentes das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas por tempo de permanência na resposta, Continente – 2019	51
Figura 85 Distribuição percentual dos utentes em Centro de Dia (A), ERPI (B) e SAD (C) por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2019	51
Figura 86 Distribuição percentual dos utentes em ERPI por serviços prestados, Continente – 2019	52
Figura 87 Distribuição percentual dos utentes em SAD por serviços prestados, Continente – 2019	52
Figura 88 Evolução de algumas das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2019 ¹	53
Figura 89 Evolução da capacidade de algumas das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2019 ¹	53
Figura 90 Distribuição territorial das respostas sociais para a Família e Comunidade, distrito – 2019	54
Figura 91 Evolução da taxa de utilização de algumas das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2009-2019 ¹	54
Figura 92 Distribuição da reposta social Família de Acolhimento por distrito – 2019.....	56
Figura 93 Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo, Continente – 2019.....	56
Figura 94 Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo, por distrito – 2019.....	56
Figura 95 Evolução das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente –2000-2019 ¹	57
Figura 96 Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente – 2000-2019 ¹	57
Figura 97 Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, distrito – 2019.....	58
Figura 98 Evolução da taxa de utilização da resposta Apartamento de Reinserção Social, Continente – 2009-2019 ¹	58
Figura 99 Evolução das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2019 ¹	59
Figura 100 Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2019 ¹	59
Figura 101 Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, distrito – 2019.....	60
Figura 102 Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente 2009-2019 ¹	60
Figura 103 Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2019 ¹	61
Figura 104 Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2019 ¹	61
Figura 105 Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, distrito – 2019.....	62
Figura 106 Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2019 ¹	62
Figura 107 Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação, Continente – 2000-2019	65
Figura 108 Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população-alvo, Continente – 2000-2019	65
Figura 109 Distribuição percentual da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população alvo, Continente – 2019.....	65
Figura 110 Evolução da comparticipação da Segurança Social, por resposta social e utente, com base nos acordos de cooperação, Continente – 2000-2019	66



1. Nota introdutória

A **Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES)**, enquanto elemento fundamental na promoção e no desenvolvimento da proteção social, traduz-se na oferta de um conjunto alargado de respostas sociais, direcionadas sobretudo para os grupos mais vulneráveis, com um papel determinante no combate às situações de pobreza, assim como na promoção da inclusão social e da conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar.

A **Carta Social** - ferramenta essencial ao estudo da dinâmica da RSES - apresenta-se como um instrumento de informação privilegiado de caracterização e análise, essencial para o processo de conceção e adequação das políticas sociais, para o apoio ao planeamento territorial e à preparação da tomada de decisão, afirmando-se também como meio fundamental na linha de informação ao cidadão.

A atualização da informação da Carta Social é realizada por via eletrónica, anualmente, pelas entidades que desenvolvem respostas sociais enquadradas na RSES, e na RNCCI desde o último processo de atualização, possibilitando que as referidas entidades acedam a uma plataforma informática, através da *internet*, que lhes permite atualizar ou inserir novos elementos associados à atividade desenvolvida, modelo que, para além de desburocratizar o processo e reduzir os procedimentos administrativos, apresenta menos encargos financeiros. Paralelamente é também considerada informação proveniente de outros serviços do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, designadamente o Instituto de Segurança Social, IP (ISS, IP) e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS, IP), que vem complementar a informação atualizada pelas entidades.

O presente relatório, que tem por base a informação obtida por referência a **31 de dezembro de 2019**, pretende dar a conhecer a dinâmica da evolução recente da RSES no território continental, apresentando as principais variáveis e indicadores de caracterização do comportamento das entidades, dos equipamentos sociais de suporte e das diferentes respostas sociais, assim como o esforço público que tem sido realizado ao nível do funcionamento. De referir, ainda, que o relatório que se apresenta integra, pela primeira vez, elementos relativos às unidades que compõem a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), à semelhança da informação, recolhida desde 2015, referente à resposta de Educação Pré-Escolar.

2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos

2.1 Entidades Proprietárias

No âmbito da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais, é considerada **entidade proprietária** qualquer entidade, individual ou coletiva, a quem pertence (dono) um ou mais equipamentos (instalações) onde se desenvolvem respostas sociais.

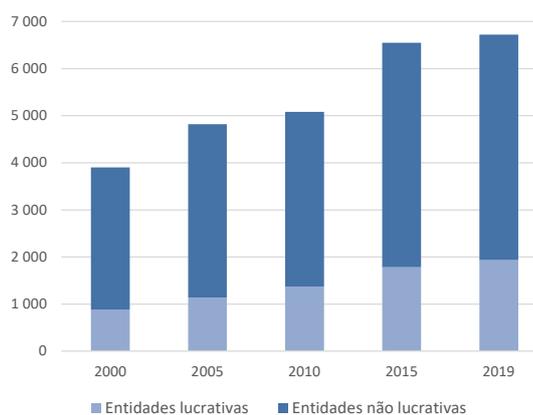
2.1.1. Entidades Proprietárias: lucrativas e não lucrativas

As entidades proprietárias de equipamentos sociais, no contexto da análise deste Relatório, são agrupadas segundo a natureza jurídica em entidades lucrativas e entidades não lucrativas. As **entidades lucrativas** congregam as entidades particulares com fins lucrativos, enquanto as **entidades não lucrativas** compreendem as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), outras entidades sem fins lucrativos (entidades equiparadas a IPSS e outras organizações particulares sem fins lucrativos), as Entidades Oficiais, que prosseguem fins de ação social, os Serviços Sociais de Empresas e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML).

O número de entidades proprietárias de equipamentos sociais tem apresentado, ao longo do período de análise, um crescimento importante, registando em 2019 por referência a 2000 um aumento de 72 %, sendo significativo o peso relativo das entidades não lucrativas.

Em 2019, por referência a 31 de dezembro, o universo era superior a 6 700 entidades¹, das quais cerca de 71 % correspondiam a entidades não lucrativas.

Figura 1 – Evolução do número de entidades proprietárias segundo a natureza jurídica, Continente – 2000-2019¹

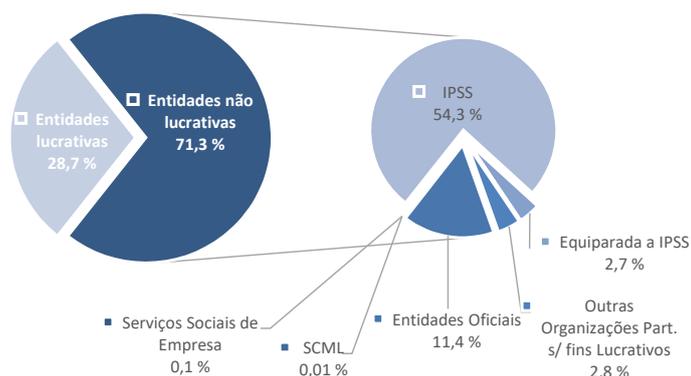


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

¹ O universo engloba todas as entidades que integram a RSES, entidades com a resposta social Educação Pré-Escolar, integradas na Carta Social em 2015, e entidades com unidades que compõem a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), integradas na Carta Social em 2019.



Figura 2 – Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, Continente – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

2.1.2. Distribuição territorial

Do total de entidades com equipamentos sociais em funcionamento no território continental, a região Norte apresentava em 2019 o maior peso relativo de entidades (30 %), para além de registar também a maior percentagem de entidades não lucrativas (cerca de 33 %). À semelhança dos anos anteriores, a Área Metropolitana de Lisboa (AML) concentrava quase metade (47 %) das entidades lucrativas.

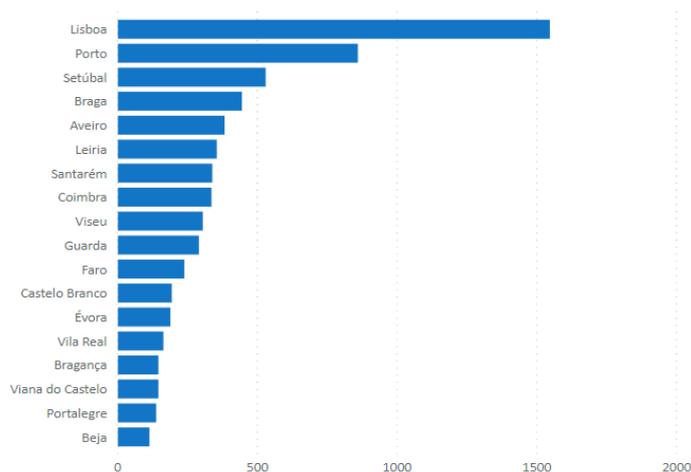
Figura 3 – Distribuição territorial das entidades proprietárias por NUTS II, segundo a natureza jurídica – 2019

NUTS II	Total (%)	Entidades lucrativas (%)	Entidades não lucrativas (%)
Norte	30,0	23,5	32,6
Centro	28,4	20,2	31,7
Área Metropolitana de Lisboa	28,2	47,1	20,6
Alentejo	9,9	5,5	11,7
Algarve	3,6	3,7	3,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A nível distrital, Lisboa e Porto apresentavam, em 2019, o maior número de entidades proprietárias de equipamentos sociais, reunindo em conjunto cerca de 2400 entidades, o que correspondia a 36 % do total.

Figura 4 – Distribuição territorial das entidades proprietárias por distrito – 2019

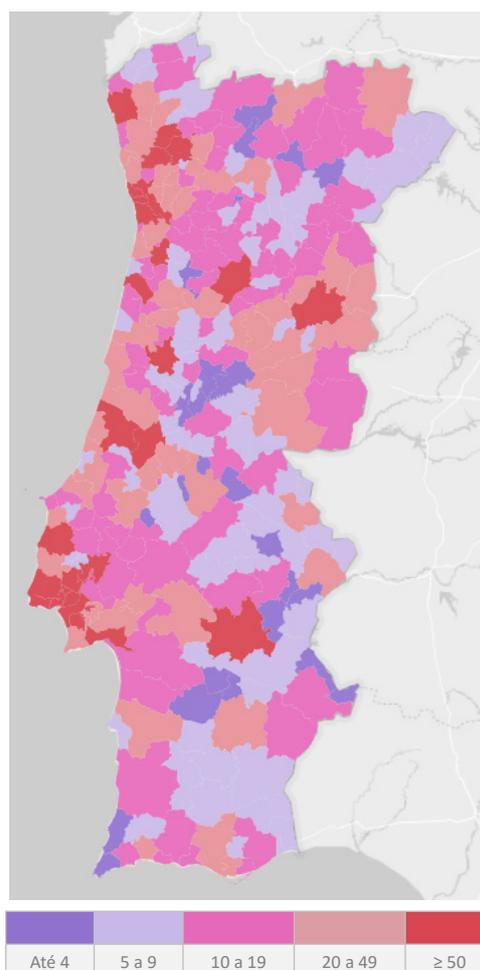


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A nível concelhio, embora não se identifique um padrão claro de distribuição, é notória uma maior concentração de entidades proprietárias de equipamentos sociais nos municípios ao longo da faixa litoral, designadamente nas AML e AMP.

Dos 278 concelhos do Continente, 171 (62 %) reunia 10 ou mais entidades proprietárias de equipamentos em 2019.

Figura 5 – Distribuição territorial das entidades proprietárias, por concelho – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social



2.2 Equipamentos Sociais

No contexto da análise deste Relatório é considerado **equipamento social** toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais, ou, onde estão instalados os serviços de enquadramento de determinadas respostas².

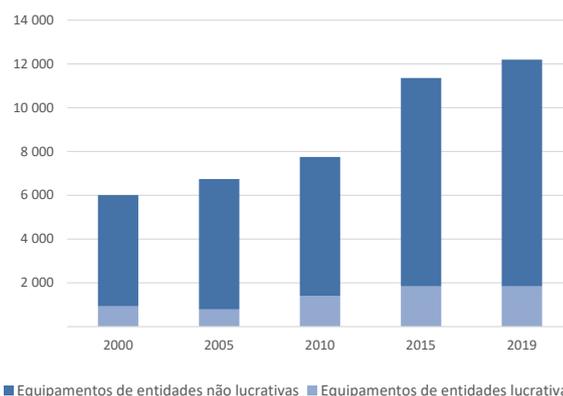
2.2.1. Equipamentos sociais de entidades lucrativas e não lucrativas

O número de equipamentos sociais tem registado um crescimento acentuado (103 %), entre 2000 e 2019, particularmente os equipamentos de entidades não lucrativas.

Dos cerca de 12 200 equipamentos sociais em funcionamento, em 2019, 85 % eram propriedade de entidades não lucrativas, i.e., equipamentos das redes pública e solidária, o que revela a relevância destes setores no âmbito da proteção social às populações.

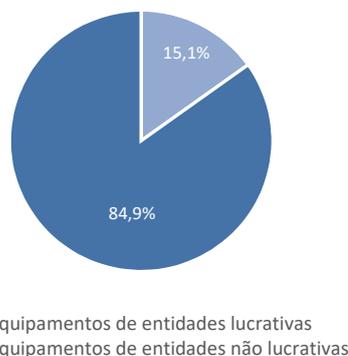
Em 2019, a proporção de equipamentos de entidades não lucrativas versus equipamentos de entidades lucrativas ascendeu a seis para um (em 2018 este valor fixou-se em cinco para um).

Figura 6 – Evolução do número de equipamentos, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2000-2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 7 – Distribuição percentual dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

² Na presente análise o conceito de equipamento social é alargado a todas as estruturas físicas onde se desenvolve a valência de Educação Pré-escolar, assim como a todas as estruturas onde funcionam ou servem de suporte a unidades (ou equipas) de cuidados continuados.

2.2.2. Distribuição territorial

À semelhança das entidades proprietárias, a região Norte apresentava em 2019 a maior proporção do total equipamentos sociais (33 %), assim como de equipamentos de entidades não lucrativas (34 %). A AML concentrava um maior peso relativo de equipamentos de entidades lucrativas (48 %), situação idêntica à observada para as entidades.

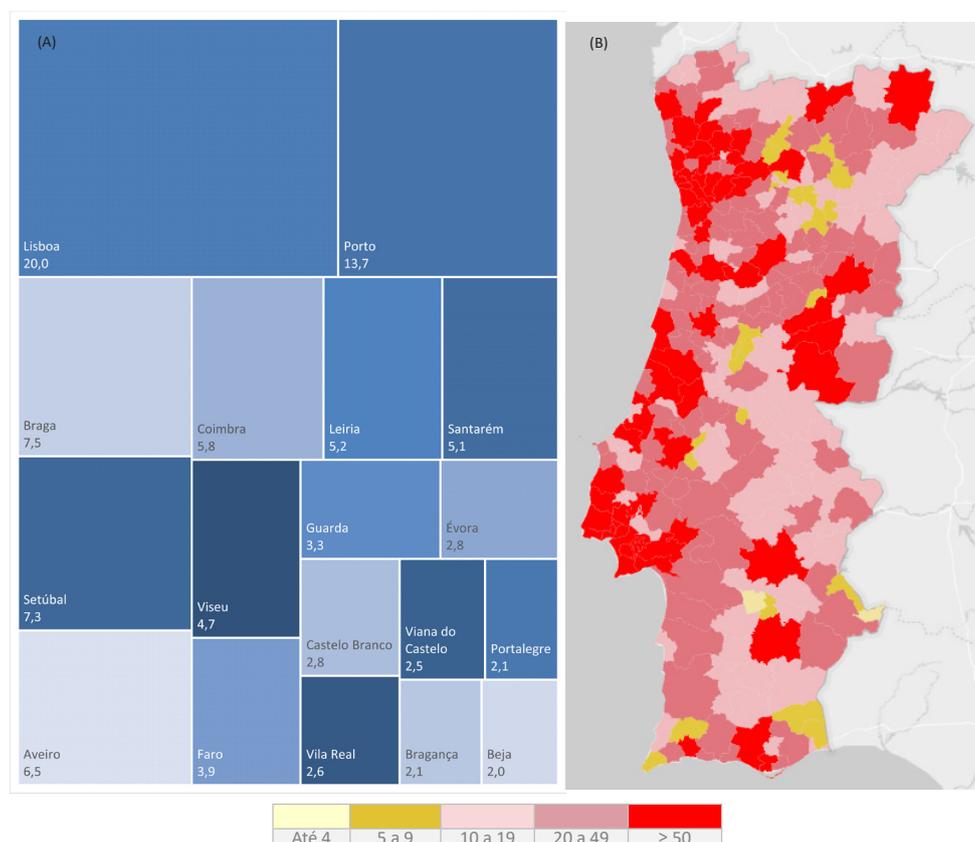
Figura 8 – Distribuição territorial dos equipamentos sociais por NUTS II, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária – 2019

NUTS II	Total (%)	Equipamentos de entidades lucrativas (%)	Equipamentos de entidades não lucrativas (%)
Norte	32,5	21,9	34,4
Centro	28,9	20,1	30,4
Área Metropolitana de Lisboa	24,3	48,3	20,1
Alentejo	10,4	5,7	11,2
Algarve	3,9	4,0	3,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A distribuição territorial dos equipamentos sociais indica uma disseminação destas infraestruturas por todo o Continente, sendo notória uma maior concentração nos distritos e concelhos dispostos ao longo da faixa litoral do território. A nível concelhio dos 278 municípios do Continente, 162 (58 %) dispunha de vinte ou mais equipamentos.

Figura 9 – Distribuição territorial dos equipamentos sociais por distrito (A) e concelho (B) – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

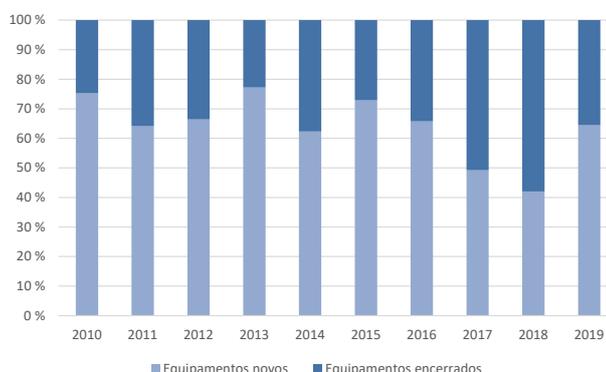


2.2.3. Equipamentos sociais novos e encerrados³

Entre 2010 e 2019, o número de novos equipamentos que entraram em funcionamento e o número dos que encerraram tem registado algumas oscilações, sendo de realçar a predominância de equipamentos novos ao longo do período, à exceção dos anos de 2017 e 2018.

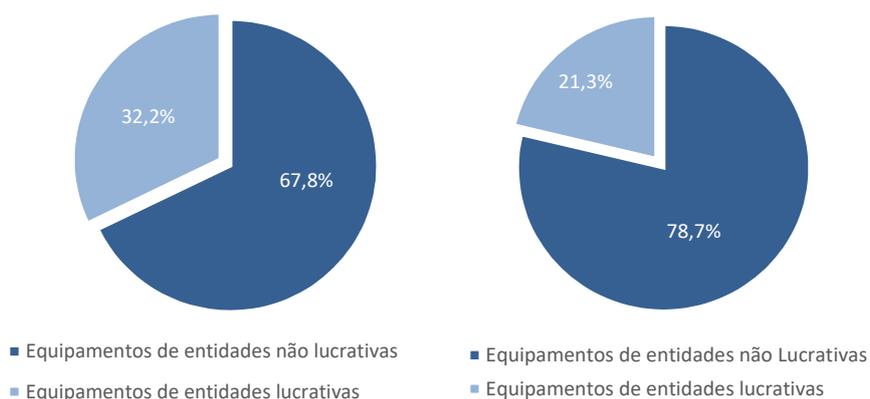
Em 2019, os equipamentos de entidades não lucrativas representavam 68 % do total de equipamentos que iniciaram atividade e 79 % do universo de equipamentos que encerraram nesse ano.

Figura 10 – Distribuição percentual do número de equipamentos sociais novos e encerrados, Continente – 2010-2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

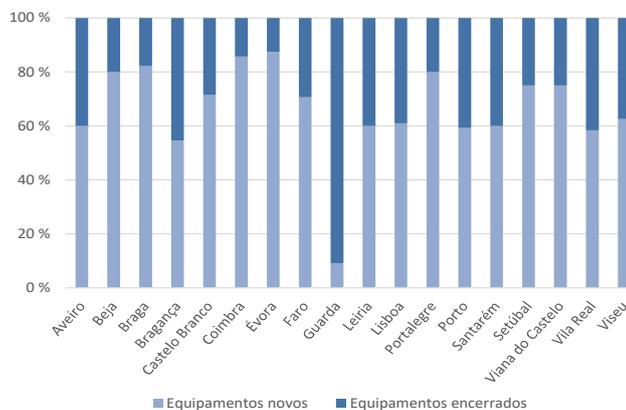
Figura 11 – Distribuição percentual do número de equipamentos sociais novos (A) e dos equipamentos sociais encerrados (B), segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Em 2019, à exceção da Guarda, todos os distritos do Continente mostraram uma proporção de equipamentos novos superior à de equipamentos encerrados.

Figura 12 – Distribuição percentual do número de equipamentos sociais novos e encerrados, por distrito – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

³ Consideram-se equipamentos sociais novos e equipamentos sociais encerrados os equipamentos que entraram em funcionamento e cessaram atividade no ano de 2019, respetivamente. Não foram consideradas nesta análise as respostas de Educação Pré-Escolar e as Unidades de Cuidados Continuados Integrados incluídas na Carta Social em 2015 e 2019, respetivamente.

2.3 Respostas Sociais

Num âmbito desta análise consideram-se *respostas sociais*⁴ o conjunto de atividades e/ou serviços desenvolvidas em equipamentos, ou a partir destes, vocacionadas para o apoio a pessoas e/ou famílias. As respostas sociais enquadradas na RSES dirigem-se a toda a população numa perspetiva de adequação às diferentes necessidades sociais. Todavia, existem serviços e equipamentos específicos dirigidos a grupos alvo enquadrados em quatro grandes áreas: (1) **Crianças e Jovens**; (2) **Pessoas com Deficiência ou Incapacidade**; (3) **Pessoas Idosas** e (4) *Pessoas com outras problemáticas, no âmbito da Família e Comunidade*.

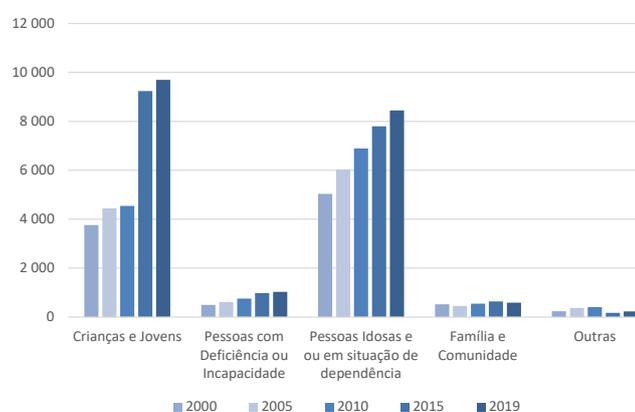
2.3.1. Respostas sociais por população-alvo

O número total de respostas sociais que integram a Carta Social e que compõem a RSES tem apresentado um crescimento expressivo (99 %), desde 2000. De referir que em 2019, o universo de respostas analisadas na Carta Social engloba as unidades e equipas de cuidados continuados integrados de saúde e apoio social que integram a RNCCI, à semelhança da Educação Pré-escolar desde 2015.

As respostas dirigidas a Crianças e Jovens (49 %) e as que se destinam ao apoio a Pessoas Idosas e/ou Situação de Dependência (42 %) representavam, em 2019, 91 % do universo.

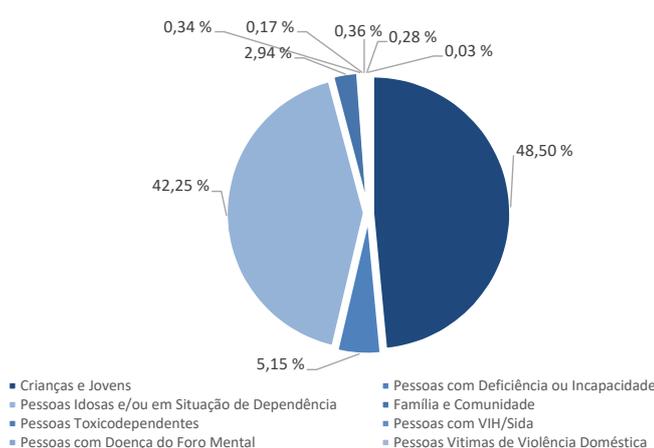
As respostas que visam o apoio a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, embora em 2019 representassem 5 % do total, constituíam o grupo de respostas que maior crescimento (106 %) apresentou entre 2000 e 2019⁵.

Figura 13 – Evolução do número de respostas sociais por população-alvo, Continente – 2000-2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 14 – Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo, Continente – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

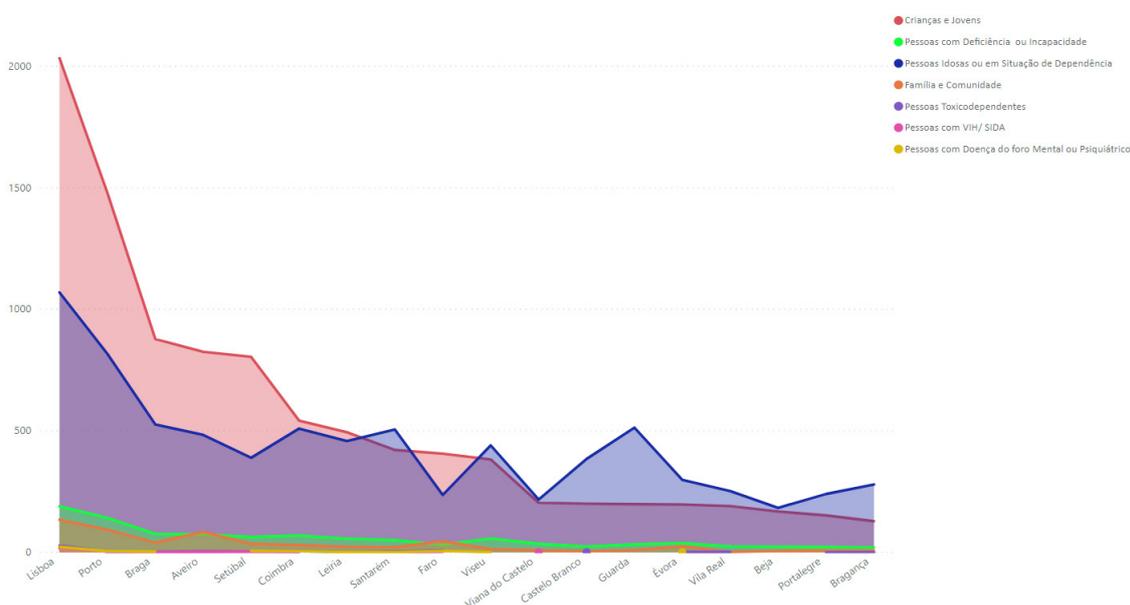
4 Na análise do presente Relatório, o conceito de *resposta social* é alargado à Educação Pré-escolar e às unidades e equipas de cuidados continuados de saúde e apoio social que integram a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).

5 Valor calculado não considerando as respostas de Educação Pré-escolar integradas no grupo das Crianças e Jovens a partir de 2015.



2.3.2. Distribuição territorial

Figura 15 – Distribuição territorial das respostas sociais por população-alvo e distrito – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A distribuição territorial das respostas sociais em funcionamento, em 2019, revela uma disseminação de respostas para as diferentes populações-alvo por todo o território continental. Os distritos mais populosos, designadamente os da AML e AMP, registam um número de respostas proporcionalmente mais elevado.

Figura 16 – Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo e NUTS II – 2019

NUTS II	Crianças e Jovens (%)	Pessoas com Deficiência ou Incapacidade (%)	Pessoas Idosas e/ou em Situação de Dependência (%)	Família e Comunidade (%)	Outras (%)
Norte	34,0	33,5	31,3	32,1	21,5
Centro	26,8	29,3	36,8	24,3	18,9
Área Metropolitana de Lisboa	26,6	22,4	15,3	26,7	44,2
Alentejo	8,4	11,9	13,3	9,0	6,9
Algarve	4,2	3,0	3,3	7,8	8,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

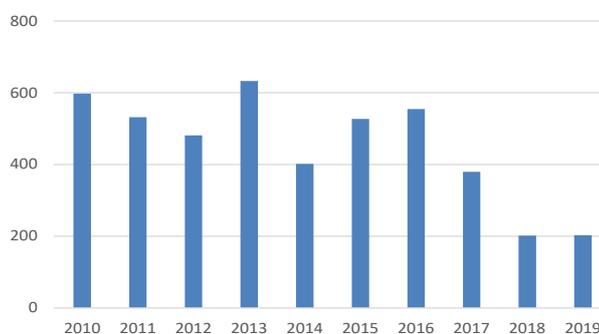
Em termos de população-alvo a que se dirigem as respostas, a região Norte apresentava em 2019 um peso relativo superior de respostas dirigidas às *Pessoas com Deficiência ou Incapacidade* e *Família e Comunidade*, enquanto a região Centro registava mais de 1/3 da oferta de apoio a *Pessoas Idosas e/ou Situação de Dependência*. A oferta de respostas dirigidas a grupos específicos, designadamente pessoas com doença do foro mental, toxicodependentes e com VIH/ SIDA, é superior na AML.

2.3.3. Respostas sociais novas⁶

O número de respostas sociais que entraram em funcionamento entre 2010 e 2019 tem verificado algumas oscilações, todavia é notória uma tendência de decréscimo nos últimos anos.

Do total de respostas que entraram em funcionamento em 2019, 70 % são da responsabilidade de entidades não lucrativas, particularmente da rede solidária, o que revela o dinamismo das entidades que integram a economia social.

Figura 17 – Evolução do número de respostas sociais novas, Continente – 2010-2019



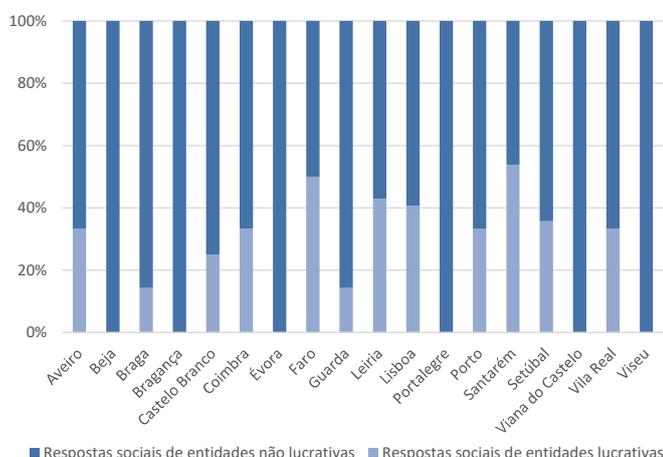
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 18 – Distribuição percentual do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 19 – Distribuição do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

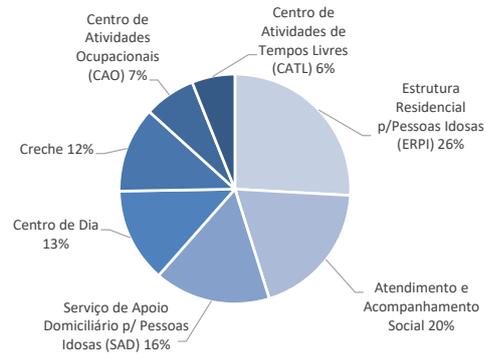
À exceção de Santarém, todos os distritos dos Continente apresentaram, em 2019, uma proporção maioritária de novas respostas propriedade de entidades não lucrativas.

⁶ Consideram-se respostas sociais novas as respostas que entraram em funcionamento no ano de 2019. Não foram consideradas nesta análise as respostas de Educação Pré-Escolar e as Unidades/ Equipas de Cuidados Continuados integradas na Carta Social.



No que diz respeito à tipologia das respostas sociais que entraram em funcionamento ⁷, no ano em análise, 55 % eram dirigidas a Pessoas Idosas (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia).

Figura 20 – Distribuição percentual das respostas sociais novas, por tipologia, Continente – 2019

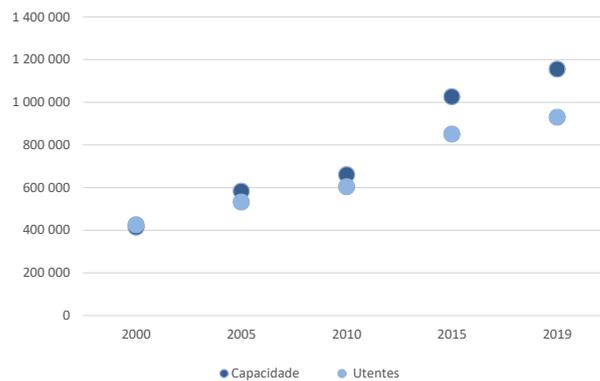


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

2.3.4. Relação entre a capacidade instalada e o número de utentes

O universo de respostas sociais que integra a Carta Social apresentou entre 2000 e 2019 um aumento da capacidade instalada (número total de lugares) em torno de 179 %, contabilizando-se, em 2019, mais de um milhão e cento e cinquenta mil lugares ⁸.

Figura 21 – Evolução da capacidade e dos utentes, Continente – 2000-2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

⁷ Foram consideradas nesta distribuição as tipologias de resposta que apresentaram 10 ou mais registos novos no ano de 2019.

⁸ Este valor engloba o número de lugares das respostas de Educação Pré-Escolar e as Unidades/ Equipas de Cuidados Continuados integradas na Carta Social.

3. Respostas sociais por população-alvo

3.1 Crianças e Jovens

As respostas sociais dirigidas a **Crianças e Jovens** englobam a **Creche e a Ama**⁹, que visam o apoio à primeira infância (crianças até aos 3 anos de idade), a **Educação Pré-Escolar**¹⁰, o **Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)**, o **Centro de Acolhimento Temporário (CAT)**, o **Lar de Infância e Juventude (LIJ)** e o **Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental (CAFAP)**, entre outras com menor expressão.

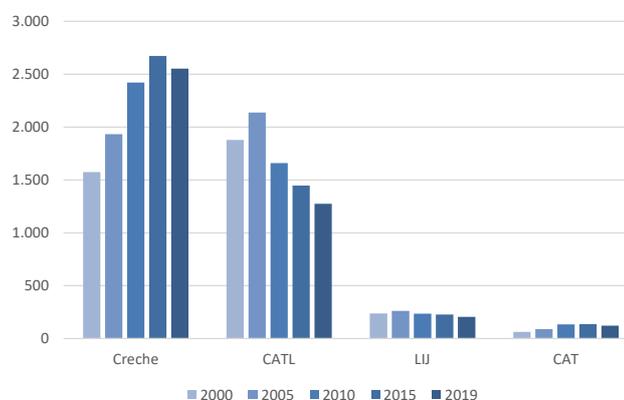
3.1.1. Número de respostas sociais

As principais respostas sociais para Crianças e Jovens¹¹, embora revelem evoluções distintas, apresentaram, em conjunto, no período 2000-2019, um crescimento em torno dos 11 %.

A Creche, resposta com maior peso relativo no âmbito do apoio a esta população-alvo¹², ainda que apresente um ligeiro recuo nos últimos anos, regista um crescimento significativo, comparativamente a 2000, de 62 %.

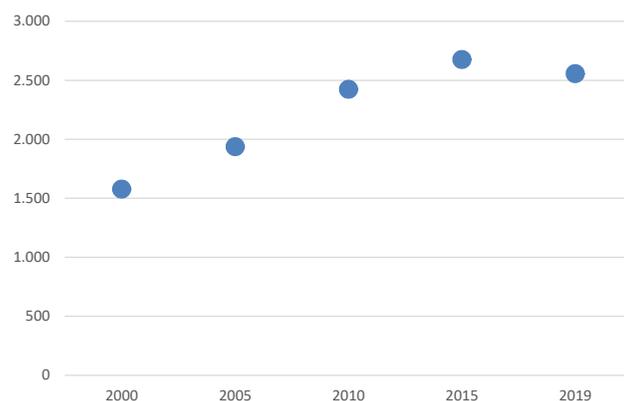
Em 2019, por referência a 31 de dezembro, contabilizaram-se no Continente 2554 creches, 77 % das quais propriedade de entidades não lucrativas, colocando em evidência a importância que as entidades da rede solidária desempenham ao nível dos cuidados à 1.ª infância.

Figura 22 – Evolução do número das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2019¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

Figura 23 – Evolução do número de respostas de Creche, Continente – 2000-2019¹

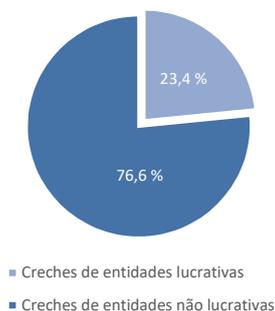


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

9 Resposta social que consiste no exercício de atividade de ama, destinada a cuidar na sua residência de crianças até aos três anos de idade, ou até atingir a idade de ingresso no estabelecimento de educação pré-escolar, por tempo correspondente ao período de trabalho ou impedimento dos pais ou de quem exerce as responsabilidades parentais (família).
10 Atendendo que a resposta social Educação Pré-Escolar foi integrada na Carta Social pela primeira vez em 2015 será analisada de forma autónoma, não sendo tratada no âmbito das principais respostas sociais para Crianças e Jovens.
11 Creche, Centro de Atividades de Tempos Livres, Lar de Infância e Juventude e Centro de Acolhimento Temporário.
12 Atendendo que a resposta social Educação Pré-Escolar foi integrada na Carta Social pela primeira vez em 2015 será analisada de forma autónoma, não sendo tratada no âmbito das principais respostas sociais para Crianças e Jovens.



Figura 24 – Distribuição percentual do número de respostas de Creche segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2019



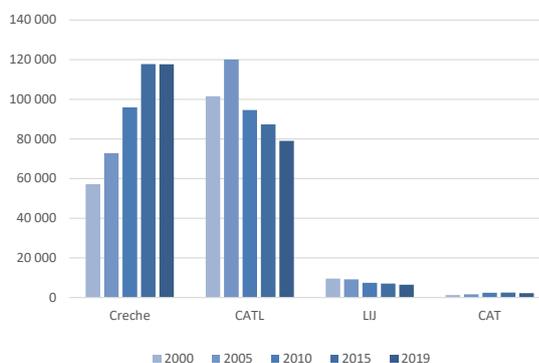
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.1.2. Capacidade

A capacidade, ou seja, o número de lugares das principais respostas sociais dirigidas a Crianças e Jovens ¹³ registou, entre 2000 e 2019, um crescimento de 21 %.

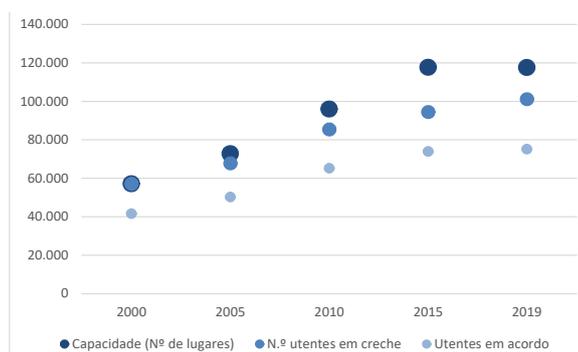
O número de lugares em Creche, em 2019, fixou-se em 117 622, traduzindo um crescimento de 105,8 % no período 2000-2019, 64 % dos quais comparticipados pelo Estado através de acordos de cooperação com entidades da rede solidária ¹⁴. O número de crianças que frequentava esta resposta ultrapassava em 2019 as 101 100 crianças.

Figura 25 – Evolução da capacidade das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2019¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

Figura 26 – Evolução da capacidade, número de utentes e número de utentes em acordo da resposta social Creche, Continente – 2000-2019¹



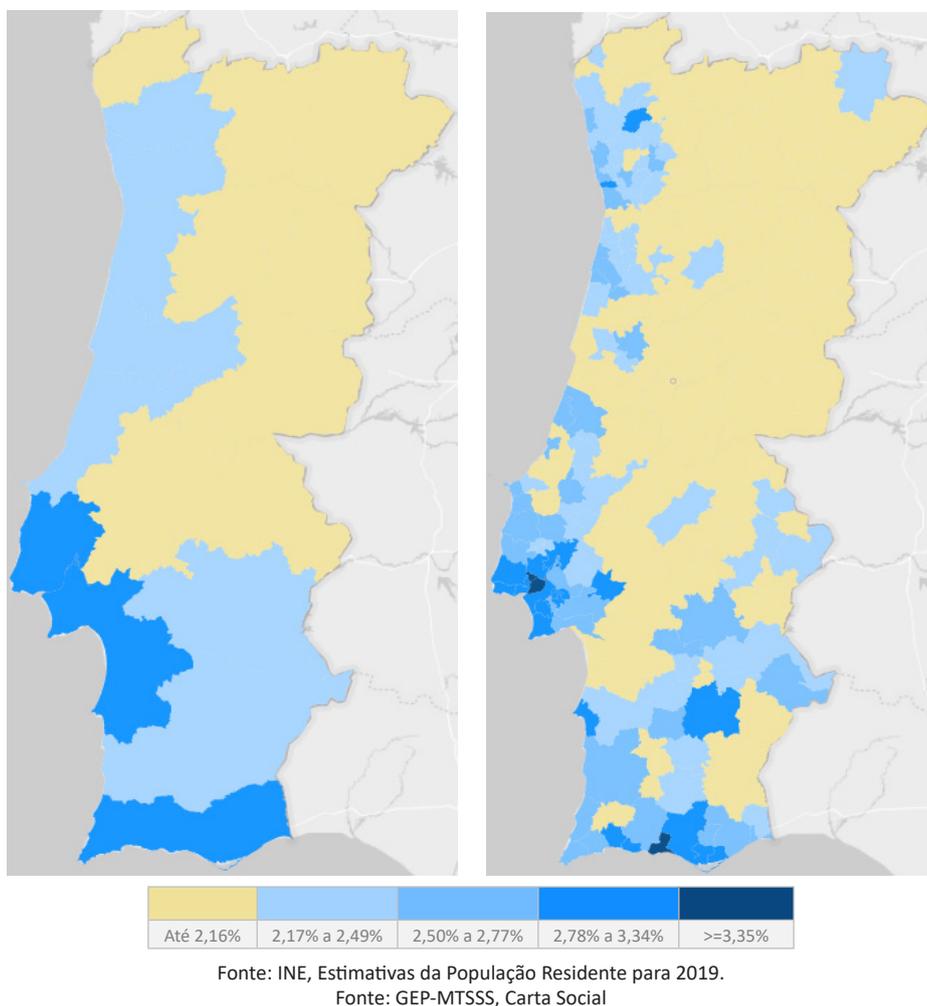
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

¹³ Creche, Centro de Atividades de Tempos Livres, Lar de Infância e Juventude e Centro de Acolhimento Temporário.

¹⁴ O Protocolo de Cooperação estabelecido bienalmente entre os Ministérios da Educação (ME), do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) e da Saúde (MS) e as entidades que compõem o setor social e solidário, representados pela União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a União das Mutualidades Portuguesas (UM) e a CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL, atento ao Decreto-Lei n.º 143/2017, define o valor de comparticipação financeira pago por utente/mês em cada uma das respostas abrangidas pelo Protocolo.

3.1.3. Distribuição territorial

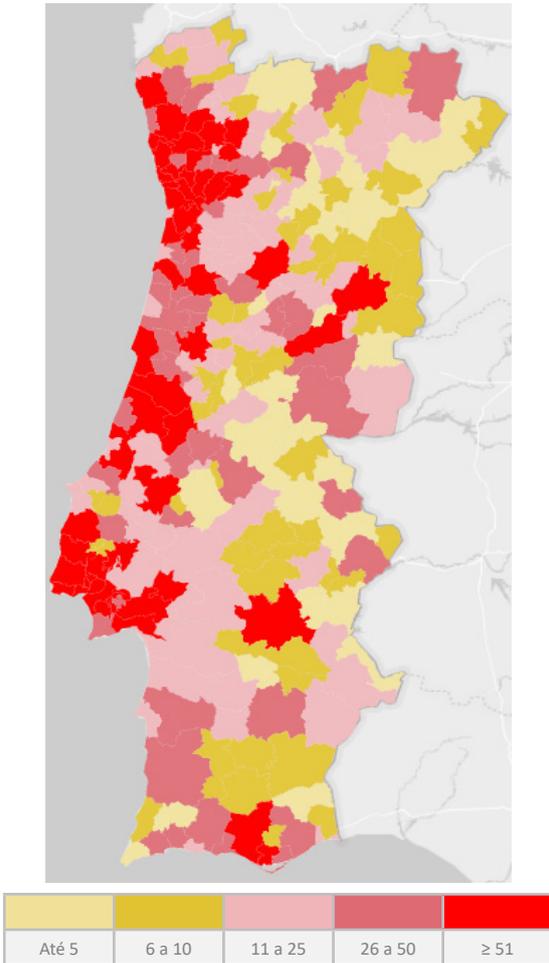
Figura 27 – Relação entre a população dos 0 aos 3 anos e a população total, distrito e concelho – 2019



A relação entre população dos 0 aos 3 anos de idade e a população total no Continente reflete as diferenças existentes no país. Os territórios localizados ao longo da faixa litoral apresentavam, em 2019, as maiores percentagens de crianças com idade inferior a 3 anos, os do interior do país registavam maioritariamente as menores. A distribuição territorial das respostas sociais dirigidas a este grupo-alvo tem seguido, de alguma forma, este padrão de distribuição populacional, registando-se uma maior concentração de respostas nos territórios com maior proporção de crianças. Em 2019, 48 % dos concelhos (133) do território continental, concentrados sobretudo na faixa litoral norte e centro dispunha de quatro ou mais creches. De referir, ainda, que apenas em dois concelhos (Alvito e Mourão) não existia qualquer oferta de creche.

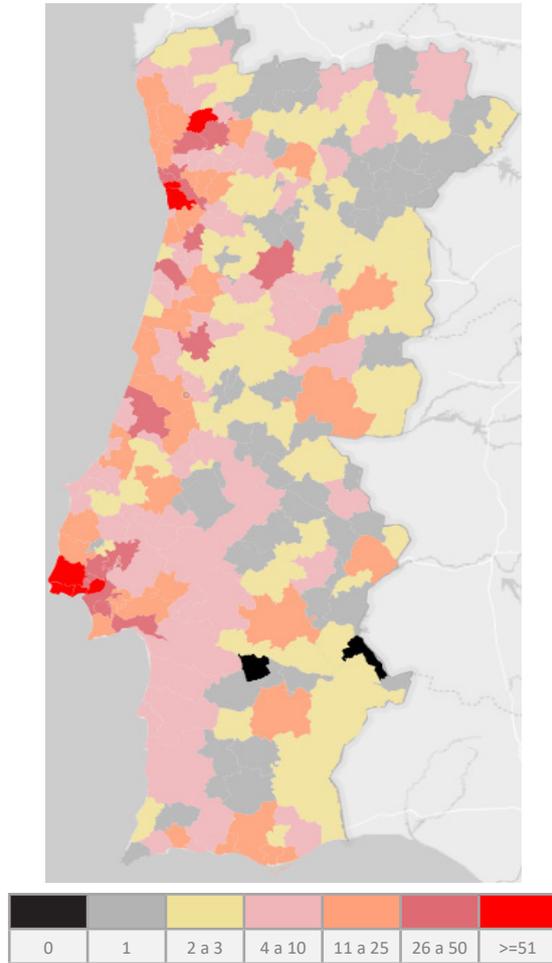


Figura 28 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Crianças e Jovens, por concelho – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

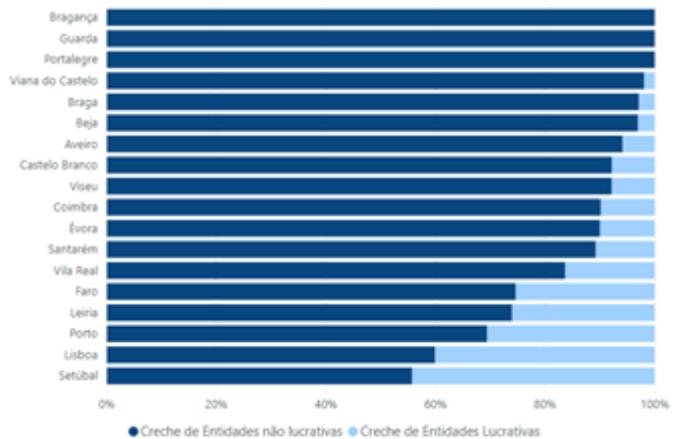
Figura 29 – Distribuição territorial da resposta social Creche, por concelho – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Em 2019, a oferta de creches propriedade de entidades não lucrativas era maioritária no território continental. Apenas os distritos de Setúbal, Lisboa e Porto registaram um peso relativo de creches de entidades privadas-lucrativas superior a 30 %.

Figura 30 – Distribuição percentual da resposta social Creche, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.1.4. Taxa de cobertura

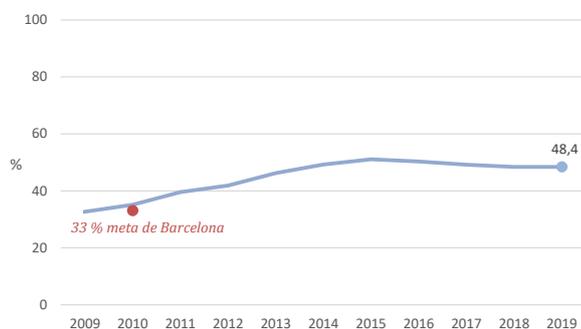
A taxa de cobertura¹⁵ das respostas sociais para a 1.^a infância¹⁶ registou, entre 2009 e 2019, um crescimento de 48 %, acompanhando o aumento do número de lugares em creche.

Em 2019, a taxa de cobertura média no Continente situou-se em 48,4 %, valor que não sofreu alterações face a 2018.

Em termos territoriais, 88,5 % dos concelhos do Continente (246 em 278) apresentavam, em 2019, uma taxa de cobertura acima de 33 %¹⁷. De referir, ainda, que 60,8 % dos concelhos (169 em 278) registavam uma taxa de cobertura acima da média (48,4 %).

As áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, designadamente os distritos de Lisboa, Setúbal e Porto, continuavam a ser os territórios com menor cobertura face à população residente. Em situação oposta, os territórios do interior, nomeadamente os distritos da Guarda, Castelo Branco e Portalegre registavam, em 2019, as taxas de cobertura de respostas para a 1.^a infância mais elevadas.

Figura 31 – Evolução da taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.^a infância, Continente – 2009-2019¹



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2019
GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

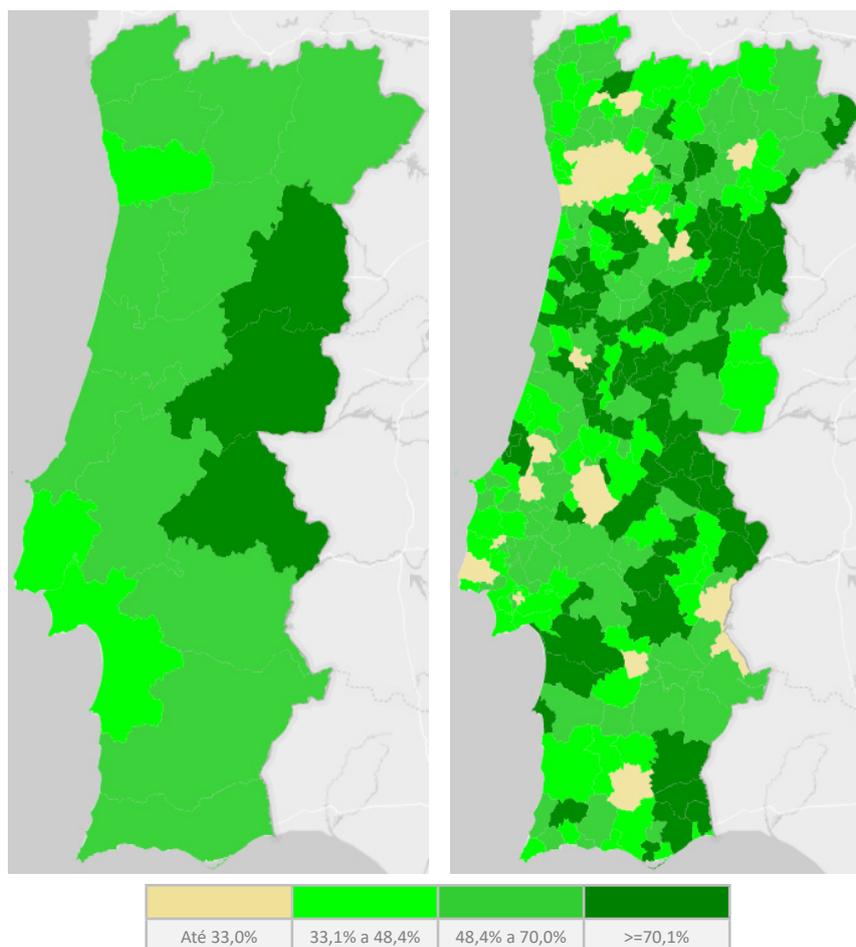
¹⁵ Para o cálculo da taxa de cobertura são considerados o número total de lugares existentes e a população de referência da(s) resposta(s) em análise.

¹⁶ Creche e Ama.

¹⁷ Em 2002, foi definida no Conselho Europeu de Barcelona uma meta em matéria de infraestruturas de acolhimento de crianças com o objetivo de, até 2010, ser assegurado o acolhimento de 33 % das crianças com menos de 3 anos.



Figura 32 – Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho – 2019

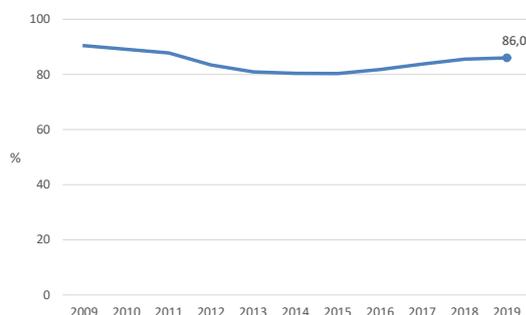


Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2019
GEP-MTSSS, Carta Social

3.1.5. Taxa de utilização

Após uma tendência de decréscimo, a partir de 2016, a taxa de utilização¹⁸ média das respostas para a 1.ª infância¹⁹ registou uma recuperação, acompanhando o aumento da população residente dos 0-3 anos, tendo-se fixado, em 2019, em 86 %.

Figura 33 – Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente – 2009-2019¹

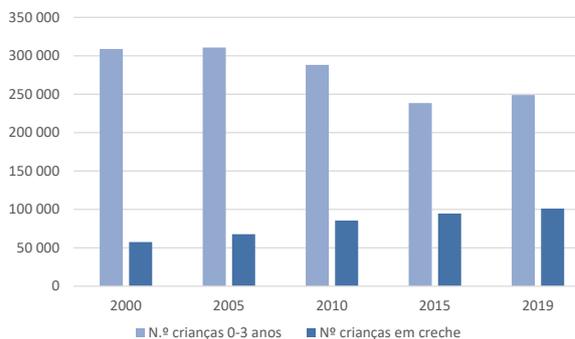


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

¹⁸ Para o cálculo da taxa de utilização são considerados o número total de utentes e o número total de lugares existentes da(s) resposta(s) em análise.

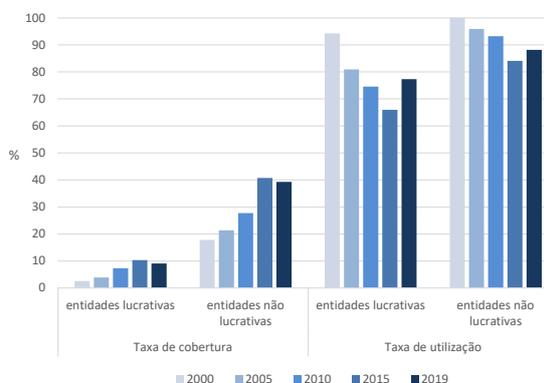
¹⁹ Creche e Ama.

Figura 34 – Evolução do número de crianças dos 0-3 anos e do n.º de utentes em Creche, Continente – 2000-2019¹



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2019
GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

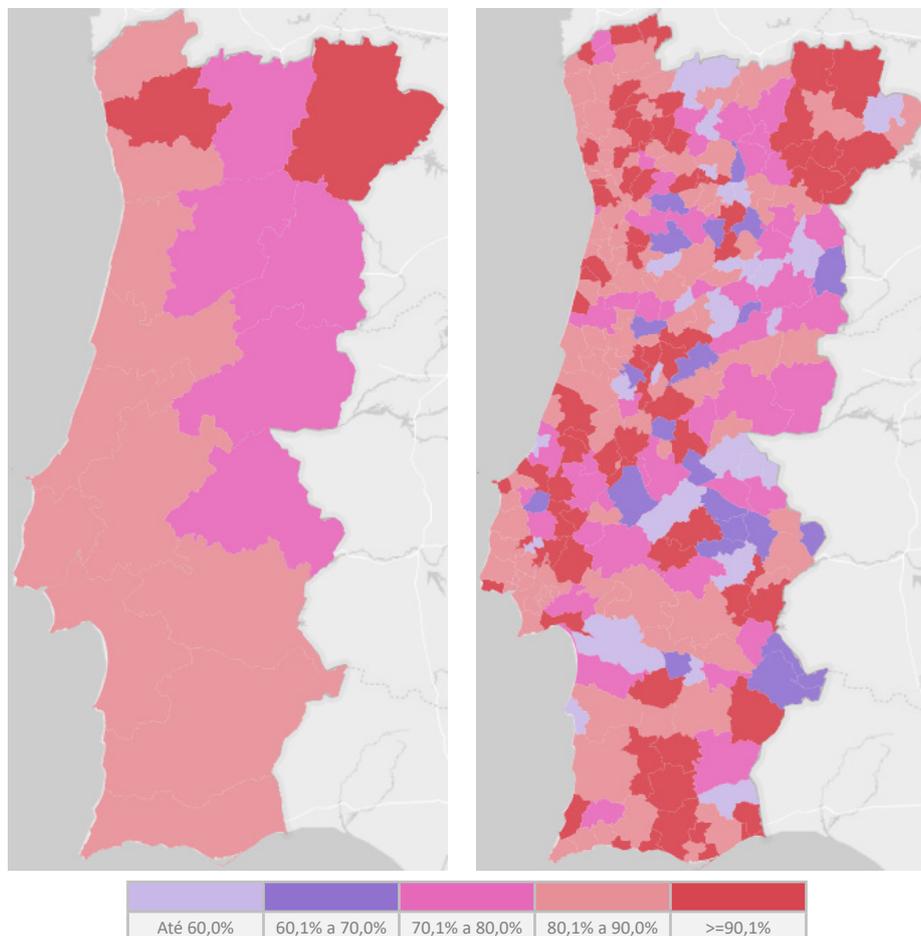
Figura 35 – Evolução da taxa de cobertura e da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2000-2019¹



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2019
GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

O aumento da utilização das respostas para a 1.ª infância (Creche e Ama) é observável independentemente da natureza jurídica da entidade proprietária da resposta. Em 2019, a taxa de utilização média em creches pertencentes a entidades não lucrativas foi de 88,1 %.

Figura 36 – Taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social



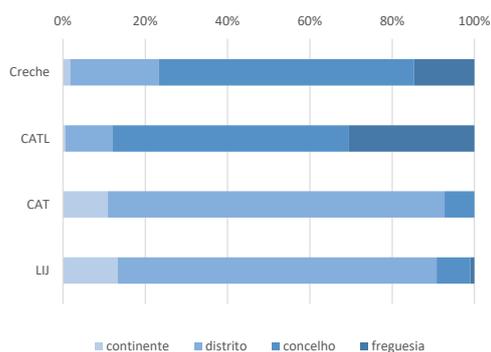
Em termos territoriais, embora não sendo possível identificar um padrão de distribuição, são observáveis taxas de utilização mais elevadas nos distritos localizados junto à faixa litoral, mas também no Alentejo e Algarve. Os distritos do interior que registaram, em 2019, as taxas de cobertura mais elevadas (Guarda, Castelo Branco e Portalegre) são também os que apresentaram as taxas de utilização mais baixas.

3.1.6. Funcionamento

As respostas Creche e CATL, enquanto respostas de proximidade vocacionadas para o apoio à criança e à família durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais e/ou outros familiares, acolhiam durante os dias úteis da semana, em 2019, maioritariamente crianças da própria freguesia ou concelho onde o equipamento estava instalado.

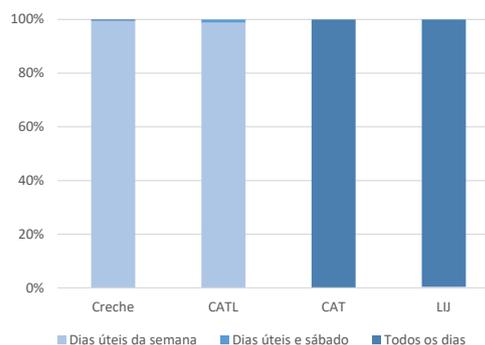
No caso das respostas LIJ e CAT, destinadas ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo durante as 24 horas diárias com base na aplicação de uma medida de promoção e proteção, o raio de abrangência é maioritariamente distrital, ou até mesmo continental em algumas situações.

Figura 37 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

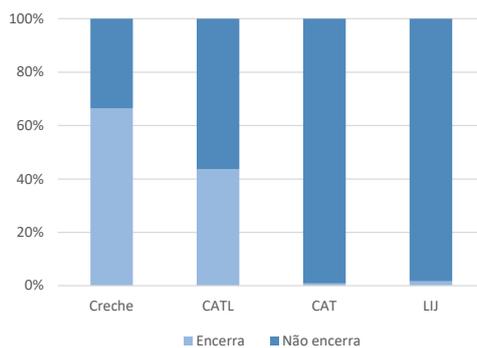
Figura 38 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por período de funcionamento, Continente – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

O encerramento dos equipamentos por motivo de férias, embora tenha vindo a decrescer, ainda era uma realidade para 66 % das creches, em funcionamento em 2019, e para 44 % dos CATL.

Figura 39 – Distribuição percentual das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens com encerramento para férias, Continente – 2019

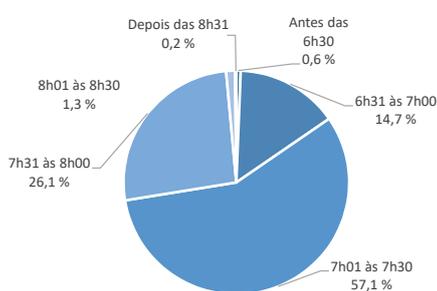


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Os horários de abertura e encerramento têm conhecido, ao longo dos anos, um alargamento, permitindo às famílias uma melhor gestão dos compromissos profissionais, pessoais e familiares, numa lógica de promoção da conciliação entre a vida pessoal e familiar e a atividade profissional. Em 2019, a maioria das creches (83 %) abria entre as 7h01 e as 8h00 e encerrava entre as 18h01 e as 19h00 (54 %) ou entre as 19h01 e as 20h00 (42 %).

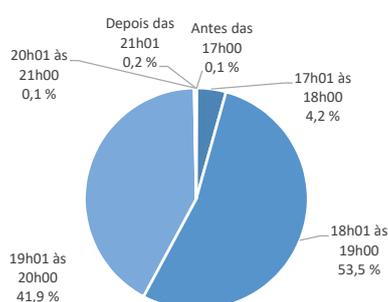
O CATL, resposta que funciona, sobretudo, nos prolongamentos e/ou em complemento do horário escolar, iniciava, em 2019, as atividades maioritariamente entre as 7h01 e as 8h00 (69 %) e encerrava entre as 18h01 e as 19h00 (53 %) ou entre as 19h01 e as 20h00 (41 %).

Figura 40 – Distribuição percentual das Creches por horário de abertura, Continente – 2019



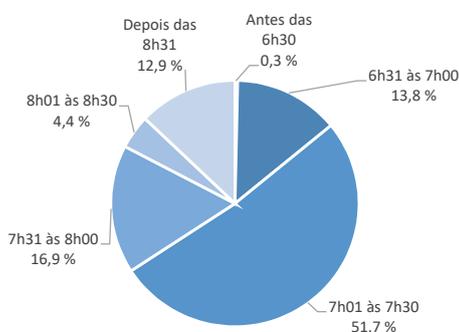
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 41 – Distribuição percentual das Creches por horário de encerramento, Continente – 2019



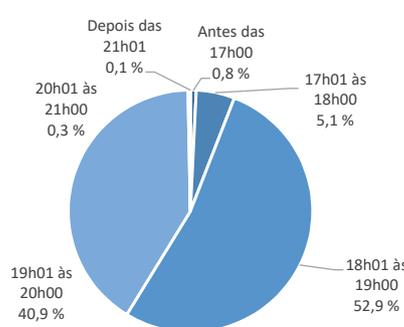
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 42 – Distribuição percentual dos CATL por horário de abertura, Continente – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 43 – Distribuição percentual dos CATL por horário de encerramento, Continente – 2019



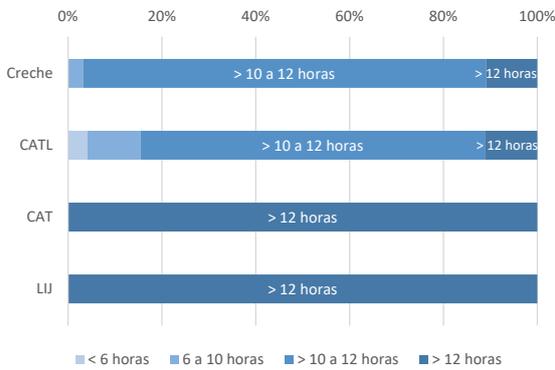
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Cerca de 86 % das creches e 73 % dos CATL, em 2019, encontrava-se em funcionamento entre >10 e 12 horas por dia, sendo que 42 % crianças frequentavam as creches entre 6 e 8 horas e 46 % entre >8 e 10 horas diárias.

Quanto ao CATL, para 29 % das crianças a frequência diária não alcança as 4 horas e para 54 % fixa-se entre as 4 e <6 horas, uma vez que esta resposta funciona em complementaridade com a escola e a sua frequência restringe-se aos períodos anteriores ou posteriores às responsabilidades escolares.

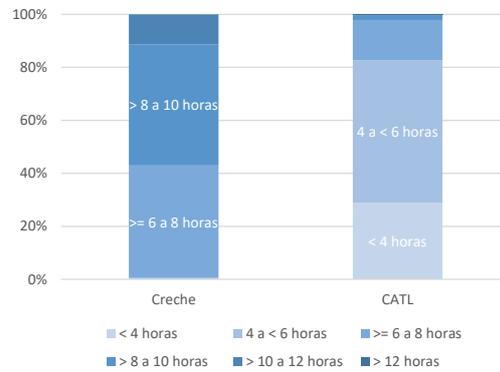


Figura 44 – Distribuição percentual das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens por número de horas em funcionamento, Continente – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 45 – Distribuição percentual das principais respostas sociais para as Crianças e Jovens por tempo médio de frequência diária das crianças, Continente – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

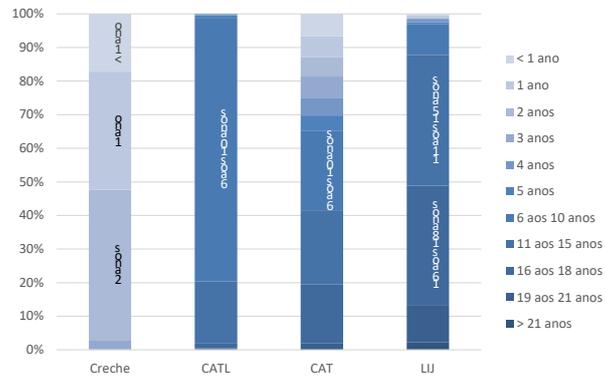
3.1.7. Caraterização dos utentes

Em 2019, do universo de crianças que frequentava a resposta Creche 17 % tinha menos de um ano (berçário) e 80 % tinha um ou dois anos.

Quanto às crianças que frequentavam a resposta CATL, 97 % tinha entre seis e quinze anos de idade.

Já no que diz respeito às respostas CAT e LIJ, o universo etário das crianças e jovens acolhidos é mais alargado. No caso dos CAT o público-alvo vai até aos dezoito anos, sendo que, em 2019, 58 % das crianças acolhidas tinha até dez anos de idade. Relativamente ao LIJ, 88 % das crianças e jovens acolhidos tinha mais de dez anos de idade.

Figura 46 – Distribuição percentual dos utentes das principais respostas para Crianças e Jovens por escalão etário, Continente – 2019



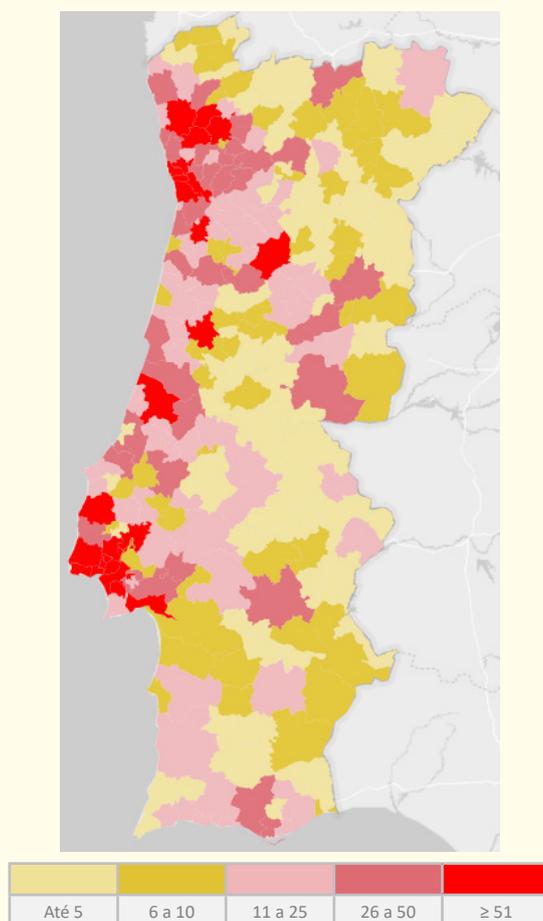
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.1.8. A resposta social Educação Pré-Escolar

A **Educação Pré-Escolar** consiste numa resposta social com intervenção integrada da Segurança Social e da Educação, destinada a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e de apoio à família. A Carta Social, no âmbito do processo de atualização da informação de 2019, recolheu, pelo quinto ano consecutivo, informação relativa à resposta social Educação Pré-Escolar, pelo que os dados recolhidos poderão não abranger, ainda, o universo, situação que deverá ser tida em conta na análise da informação. Por este motivo, à semelhança dos anos anteriores, a análise desta resposta é feita em separado, tendo por base os elementos disponíveis.

Em 2019, encontravam-se registadas na Carta Social 5 397 respostas de Educação Pré-Escolar no território continental, 91 % das quais desenvolvidas por entidades não lucrativas, i.e., da rede pública e da rede solidária. O número total de lugares aproximou-se dos 293 500, mais de $\frac{1}{3}$ dos quais distribuídos pela região Norte.

Distribuição territorial da resposta social Educação Pré-Escolar, por concelho – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social



Distribuição percentual das respostas de Educação Pré-Escolar, por natureza jurídica da entidade proprietária – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Distribuição territorial da percentagem de respostas de Educação Pré-Escolar por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária – 2019

NUTS II	Total (%)	Respostas de entidades lucrativas (%)	Respostas de entidades não lucrativas (%)
Norte	35,6	22,2	37,0
Centro	32,5	30,9	32,7
Área Metropolitana de Lisboa	12,9	29,3	11,2
Alentejo	15,1	12,6	15,4
Algarve	3,8	4,9	3,7
Continente	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Distribuição territorial da percentagem de lugares em Educação Pré-Escolar, por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária – 2019

NUTS II	Total (%)	Respostas de entidades lucrativas (%)	Respostas de entidades não lucrativas (%)
Norte	34,7	21,1	36,0
Centro	33,0	33,2	33,0
Área Metropolitana de Lisboa	13,8	27,2	12,5
Alentejo	14,3	13,2	14,4
Algarve	4,2	5,3	4,1
Continente	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.2 Pessoas com Deficiência ou Incapacidade

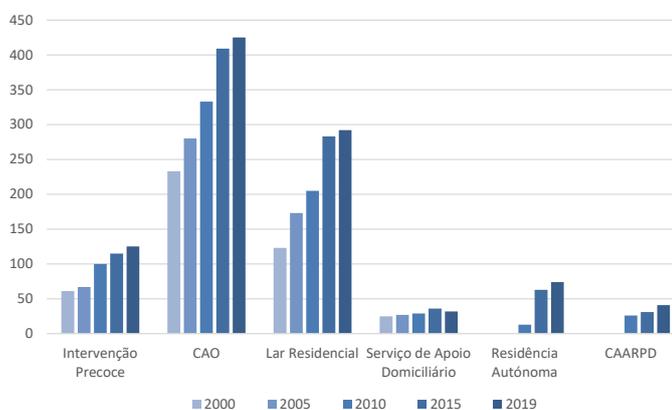
As respostas sociais direcionadas às **Pessoas com Deficiência ou Incapacidade** têm por objetivo a promoção da autonomia, a participação e a inclusão social destas pessoas. O **Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)**, o **Lar Residencial**, a **Residência Autônoma** e o **Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência** constituem as respostas dirigidas a este grupo-alvo com maior representatividade. Do universo de respostas que visam o apoio a Pessoas com Deficiência e Incapacidade são de destacar ainda, o **Apoio em Regime Ambulatório**, a **Intervenção Precoce**, o **Lar de Apoio** e o **Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD)**.

3.2.1. Número de respostas sociais

A evolução do número de respostas sociais dirigidas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade evidenciou um crescimento de 105 % no período 2000-2019, sendo que as respostas Lar Residencial e CAO representavam, em 2019, 70 % do total de respostas para este grupo-alvo.

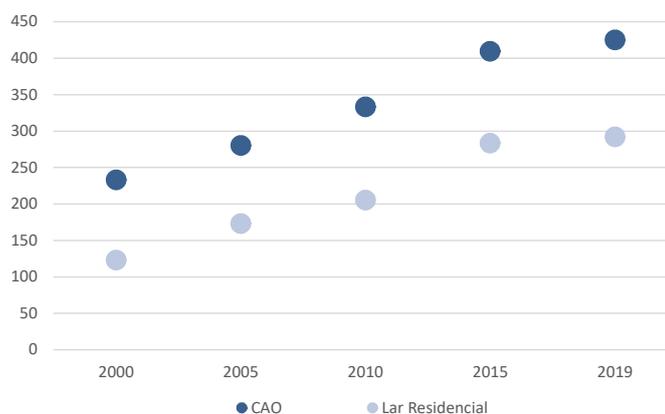
Em 2019, por comparação a 2000, o Lar Residencial registou uma taxa de crescimento de 137 % e a resposta CAO de 82 %.

Figura 47 – Evolução do número de respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2000-2019¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

Figura 48 – Evolução do número de respostas sociais CAO e Lar Residencial, Continente – 2000-2019¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

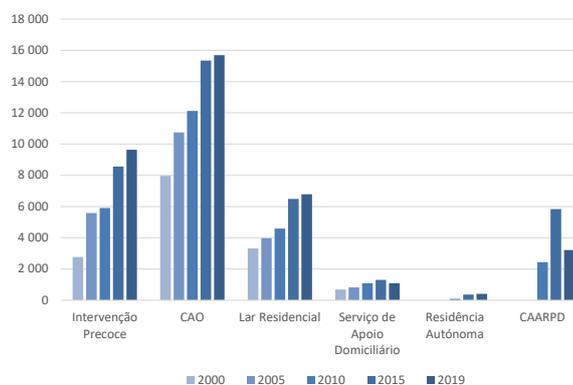


3.2.2. Capacidade

A evolução da capacidade das respostas dirigidas a Pessoas com Deficiência tem acompanhado o crescimento do número de respostas. A oferta de lugares em respostas dirigidas a este grupo-alvo registou, entre 2000 e 2019, um crescimento de 122 %, traduzindo-se em 2019 em cerca de 41 500 lugares.

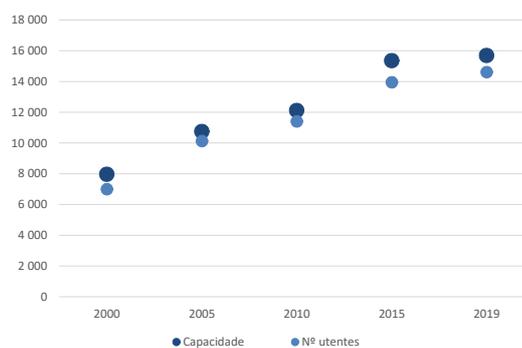
A resposta CAO era a que maior capacidade apresentava (37,8%). Dos cerca de 15 689 lugares existentes, em 2019, 14 618 lugares estavam em utilização.

Figura 49 – Evolução da capacidade das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2000-2019¹



Fonte: GEP-MTSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

Figura 50 – Evolução da capacidade e do número de utentes da resposta social CAO, Continente – 2000-2019¹

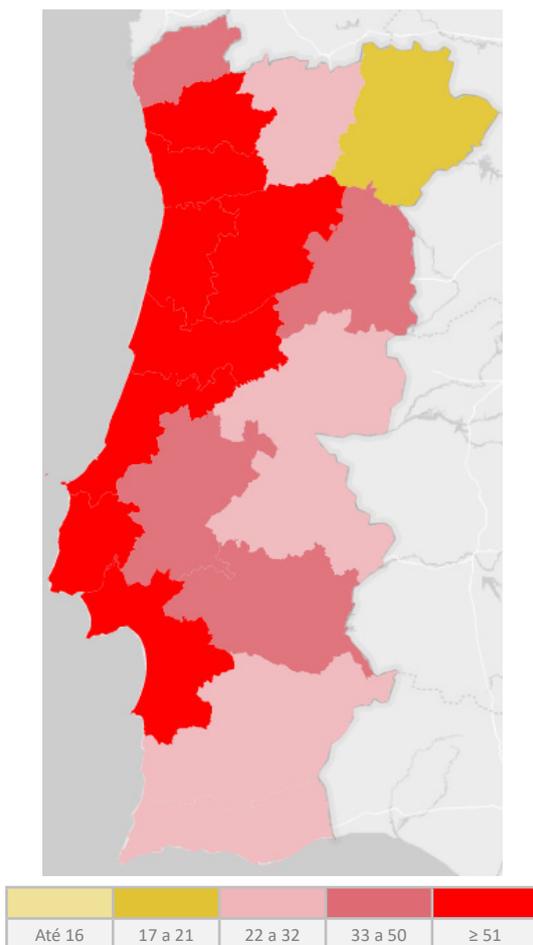


Fonte: GEP-MTSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

3.2.3. Distribuição territorial

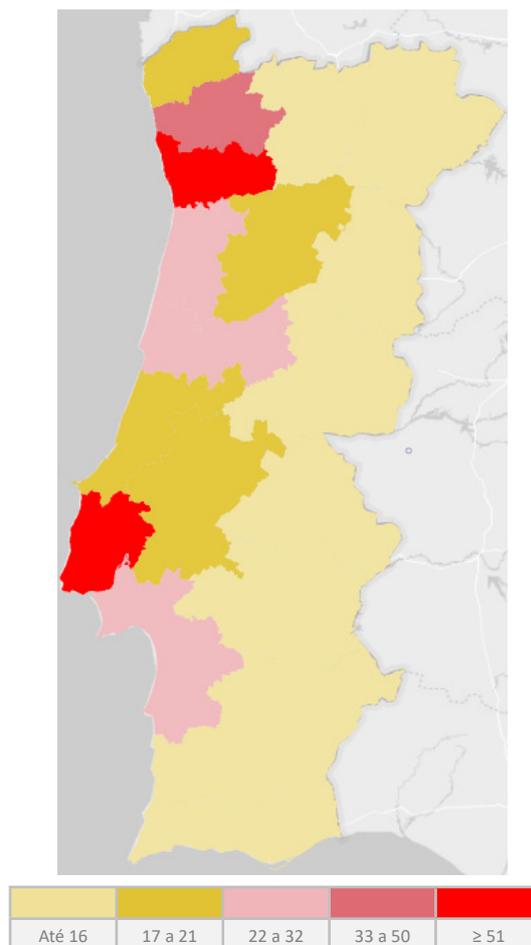
A distribuição territorial de respostas dirigidas a pessoas com deficiência evidencia uma elevada concentração nos distritos dispostos ao longo da faixa litoral. Braga, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Leiria, Lisboa e Setúbal reunindo, em 2019, 71 % da oferta total de respostas para esta população e 74 % da oferta de respostas CAO.

Figura 51 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, por distrito – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 52 – Distribuição territorial da resposta social Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), por distrito – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social



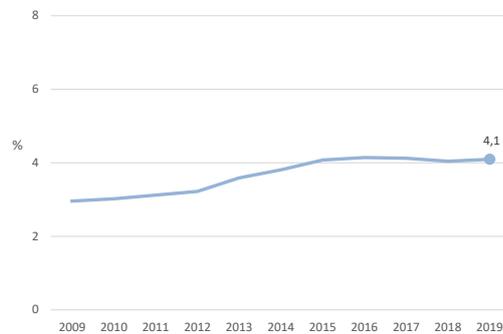
3.2.4. Taxa de cobertura

A cobertura das principais respostas para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade²⁰ registou, entre 2009 e 2019, um crescimento 6 547 de lugares disponíveis, ainda que este valor tenha pouca expressão em termos de taxa de cobertura.

Em termos territoriais, a taxa de cobertura média fixou-se, em 2019, em 4,1 %, destacando-se os distritos da Guarda, Castelo Branco e Évora com os valores mais elevados (acima dos 7,1%). Por seu lado, Viana do Castelo, Vila Real, Braga, Porto, Lisboa, Setúbal e Faro apresentavam os valores mais baixos.

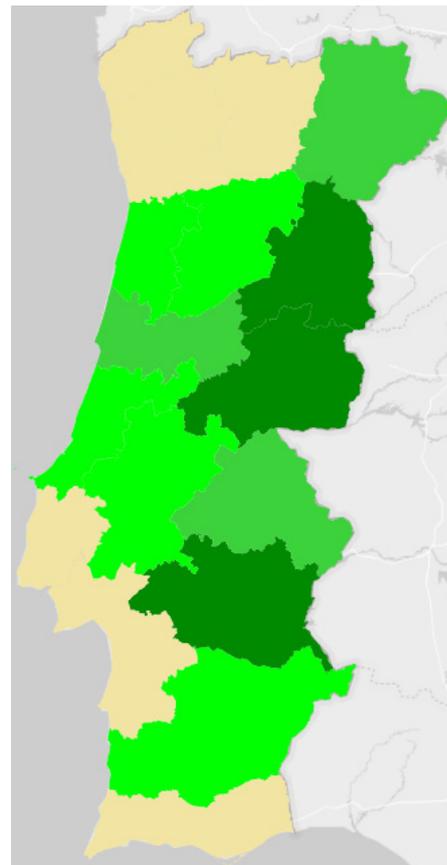
As áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, assim como a região algarvia, registavam as taxas de cobertura mais baixas deste tipo de respostas.

Figura 53 – Evolução da Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2009-2019¹



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2019
GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

Figura 54 – Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, distrito – 2019



Até 4,1%	4,2% a 6,0%	6,1% a 7,0%	>=7,1%
----------	-------------	-------------	--------

Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2019
GEP-MTSSS, Carta Social

²⁰ Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), Lar Residencial, Residência Autónoma e Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência.

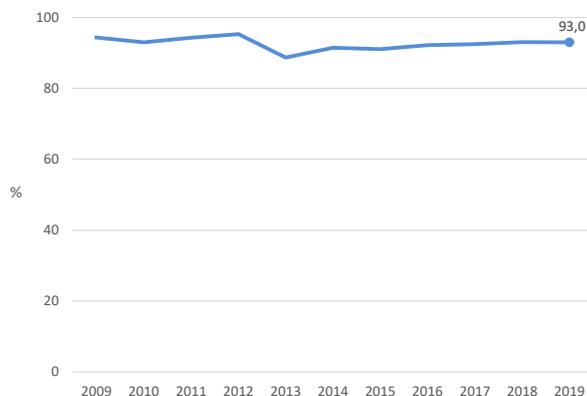
3.2.5. Taxa de utilização

Os níveis de utilização das principais respostas que visam o apoio a pessoas com deficiência e incapacidade²¹ têm-se mantido, entre 2009 e 2019, acima dos 90 %, tendo-se fixado em 2019 em 93,0 %.

A análise à distribuição territorial da taxa de utilização destas respostas confirmava a existência de elevados níveis de ocupação em todo o território continental.

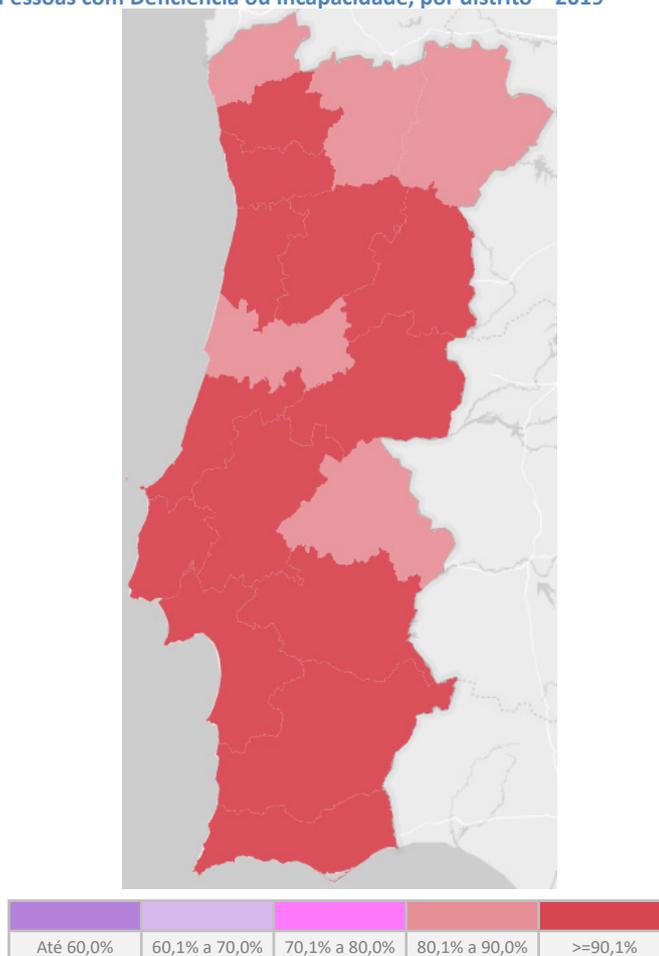
Os distritos localizados nas áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, assim como nas regiões do Alentejo e Algarve, registaram as maiores taxas de utilização tendo em conta a baixa oferta que apresentavam.

Figura 55 – Evolução da taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2009-2019¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

Figura 56 – Taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, por distrito – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

²¹ Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), Lar Residencial, Residência Autónoma e Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência.



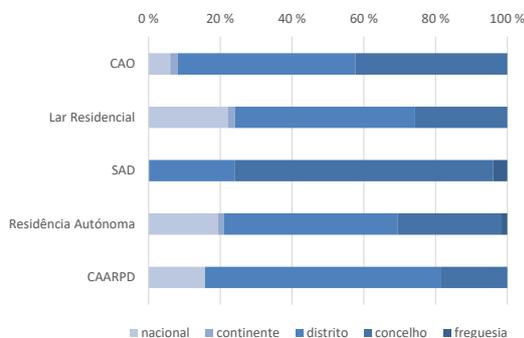
3.2.6. Funcionamento

As respostas sociais dirigidas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade tinham, em 2019, uma abrangência maioritariamente supraconcelhia, à exceção da resposta SAD, que apoiava maioritariamente (76 %) utentes da própria freguesia ou concelho onde o equipamento está instalado.

Enquanto as respostas CAO e CAARPD funcionavam, essencialmente, de segunda a sexta-feira, o Lar Residencial e a Residência Autónoma, destinadas ao alojamento de pessoas com deficiência ou incapacidade que não podem residir no meio familiar, estavam em funcionamento sete dias por semana, para além de não encerrarem para férias.

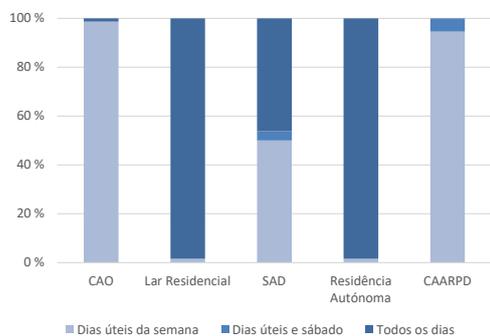
De referir que 68 % dos CAO e 32 % dos CAARPD encerraram para férias.

Figura 57 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2019



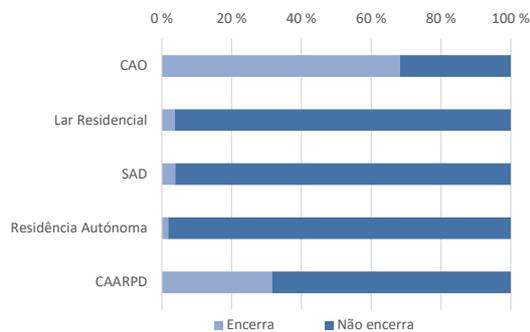
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 58 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade por período de funcionamento, Continente – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

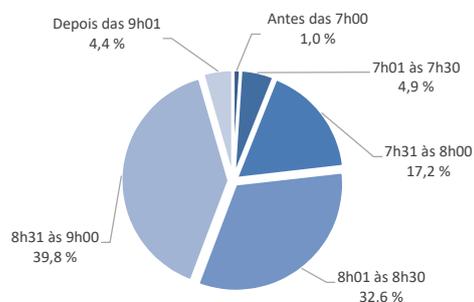
Figura 59 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Pessoas com Deficiência ou Incapacidade com encerramento para férias, Continente – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

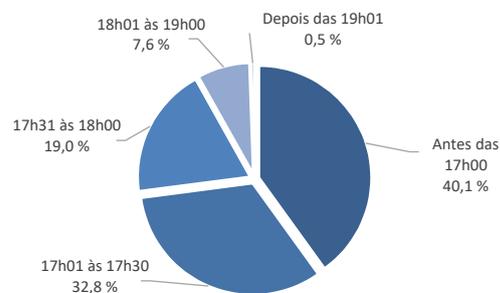
No que diz respeito ao horário de abertura e encerramento da resposta CAO, em 2019, o período entre as 8h01 e as 9h00 da manhã era o mais frequente (72 %) para abertura, enquanto que o término das atividades ocorria em 73 % das respostas, até às 17h30, o que traduz uma oferta reduzida de horários alargados.

Figura 60 – Distribuição percentual dos CAO por horário de abertura, Continente – 2019



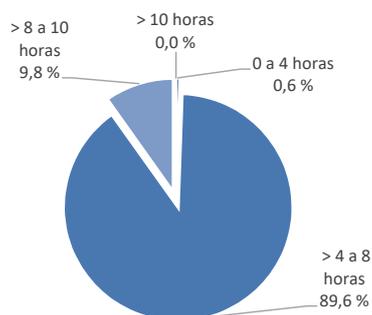
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 61 – Distribuição percentual dos CAO por horário de encerramento, Continente – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 62 – Distribuição percentual dos CAO por tempo médio de frequência diária dos utentes, Continente – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Em 2019, em 90 % das respostas de CAO a frequência média diária dos utentes variava entre 4 a 8 horas.



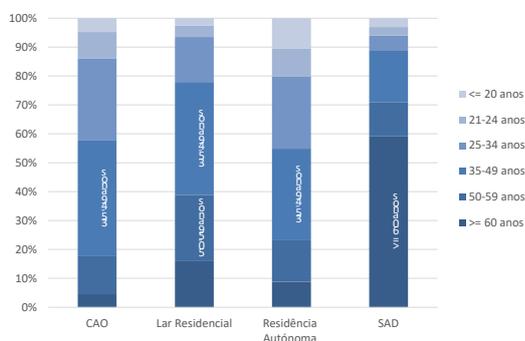
3.2.7. Caracterização dos utentes

A distribuição percentual dos utentes nas principais respostas dirigidas à população com deficiência ou incapacidade por escalão etário evidenciava, em 2019, as diferenças na população-alvo de cada resposta social. Contudo, era notória a prevalência de utentes com 35 ou mais anos.

Se por um lado, 42 % e 45 % do universo de utentes que frequentava as respostas CAO e Residência Autónoma, respetivamente, era composto por pessoas com idade até 34 anos, por outro lado, 78 % e 89 % dos utentes em Lar Residencial e SAD tinha 35 ou mais anos.

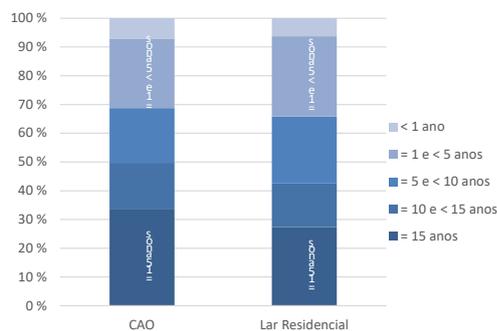
Relativamente ao tempo de permanência dos utentes nas respostas, desde que deram entrada nas mesmas, observava-se um peso relativo importante de utentes que frequenta/permanece nas respostas CAO e Lar Residencial entre 1 e 5 anos (24 % e 28 %, respetivamente), e também, uma percentagem não menos significativa de utentes com uma permanência nestas respostas superior a 15 anos (34 % e 27 %, respetivamente).

Figura 63 – Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade por escalão etário, Continente – 2019



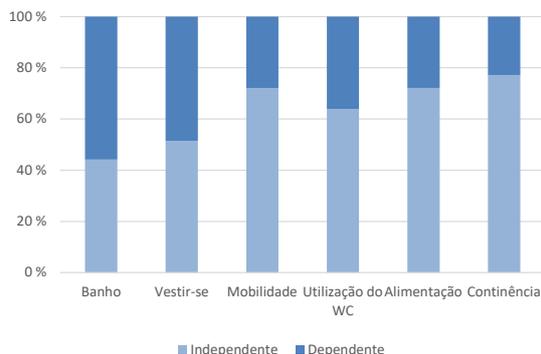
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 64 – Distribuição percentual dos utentes em respostas para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade por tempo de permanência, Continente – 2019



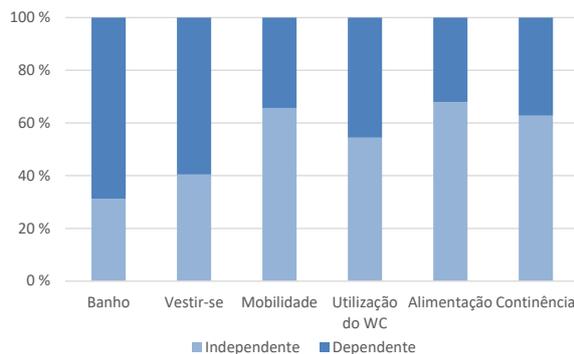
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 65 – Distribuição percentual dos utentes em CAO por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

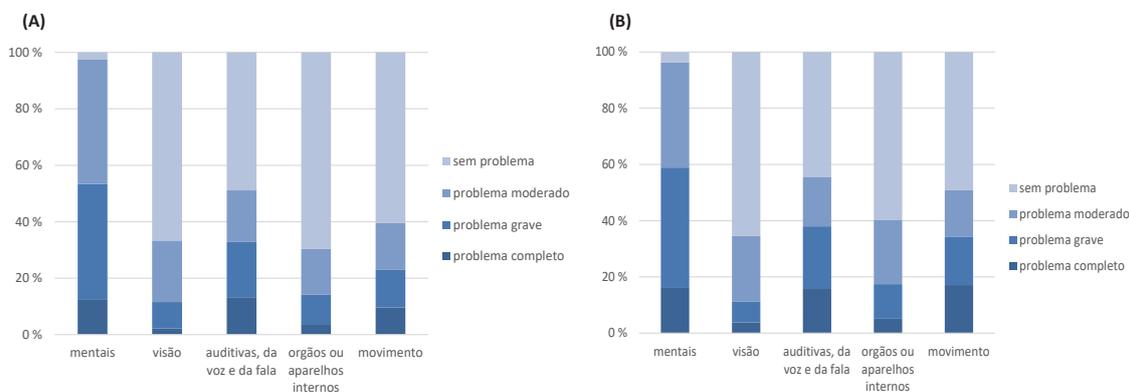
Figura 66 – Distribuição percentual dos utentes em Lar Residencial por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A análise à capacidade de realização de atividades básicas da vida diária (ABVD)²² dos utentes que frequentam respostas sociais destinadas a pessoas com deficiência ou incapacidade, em 2019, indica que a maioria (63 %) dos utentes de CAO caracterizados eram independentes no desenvolvimento da quase totalidade (5 atividades no total das 6) das atividades avaliadas. Embora os níveis de dependência sejam superiores, 54 % dos utentes de Lar Residencial caracterizados desempenhavam de forma autónoma 4 das 6 atividades indicadas.

Figura 67 – Distribuição percentual dos utentes em CAO (A) e em Lar Residencial (B) por existência de problemas nas funções do corpo, Continente – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

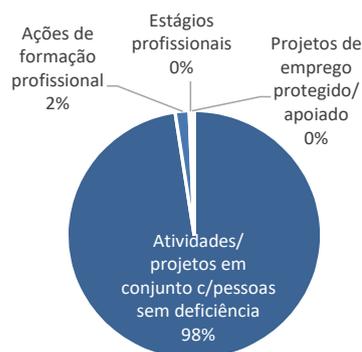
²² A questão sobre as Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) (Banho, Vestir-se, Utilização do WC, Mobilidade, Alimentação e Continência) procura aferir em que medida a incapacidade apresentada pelos utentes limita o desempenho de atividades (relacionadas com o autocuidado) de forma autónoma.



Em 2019, os problemas nas funções mentais continuavam a ser os mais frequentes nos utentes que frequentavam as respostas CAO e Lar Residencial, associando-se, por vezes, a problemas nas funções auditivas, da voz e da fala, e do movimento, nomeadamente em situações de paralisia cerebral, trissomias e perturbações do desenvolvimento, entre outras.

Do universo de utentes que frequentavam a resposta CAO em 2019, a maioria (53 %) participou nas atividades/projetos de inclusão na sociedade. Do conjunto de utentes envolvidos em atividades, 98 % participou em ações com pessoas sem deficiência.

Figura 68 – Distribuição percentual dos utentes em CAO com participação em atividades/projetos de inclusão na sociedade, Contínente – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.3 Pessoas Idosas²³

A **Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)**, o **Centro de Dia** e o **Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos (SAD)** consistem nas **respostas sociais** com maior representatividade no âmbito da RSES **dirigidas às Pessoas Idosas**. Para além da satisfação das Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) e das Atividades Instrumentais da Vida Diária (AIVD) dos utentes, as respostas destinadas a esta população-alvo visam a promoção, a inclusão e a participação na comunidade, independentemente do maior ou menor grau de autonomia/dependência da pessoa idosa e de esta se encontrar a residir na sua habitação ou numa instituição. Do universo de respostas que visam o apoio a Pessoas Idosas são de destacar, ainda, o **Centro de Convívio**, o **Centro de Noite** e o **Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas**.

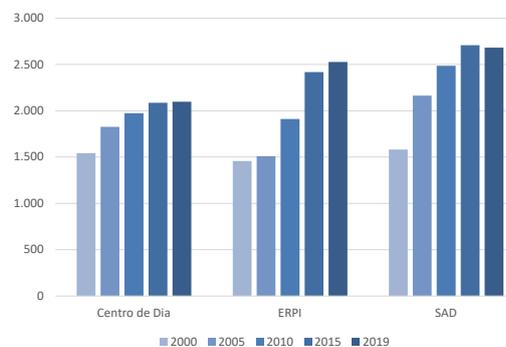
3.3.1. Número de respostas sociais

As respostas dirigidas a Pessoas Idosas registaram um crescimento de 52 %, entre 2000 e 2019, que ascende a 160 % se consideradas apenas as principais respostas²⁴, traduzindo um aumento superior a 2 700 novas respostas.

As respostas ERPI e SAD foram as que, neste domínio, mais cresceram no período 2000-2019 (173 % e 170 %, respetivamente) e as que apresentavam maior oferta.

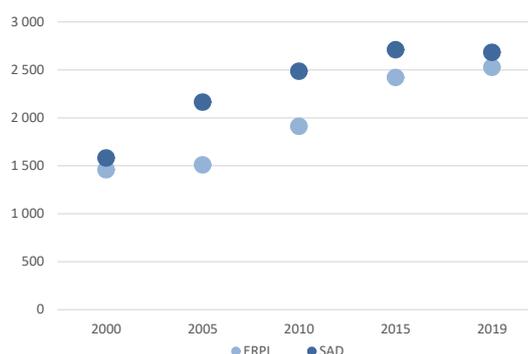
Em 2019, contabilizaram-se cerca de 7 306 respostas de ERPI, SAD e Centro de Dia no território continental, das quais 37 % correspondiam a SAD.

Figura 69 – Evolução do número das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2019¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

Figura 70 – Evolução do número de respostas sociais ERPI e SAD, Continente – 2000-2019¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

²³ A análise do grupo-alvo Pessoas Idosas integra as respostas para Pessoas em Situação de Dependência.

²⁴ Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), o Centro de Dia e o Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos (SAD).



3.3.2. Capacidade

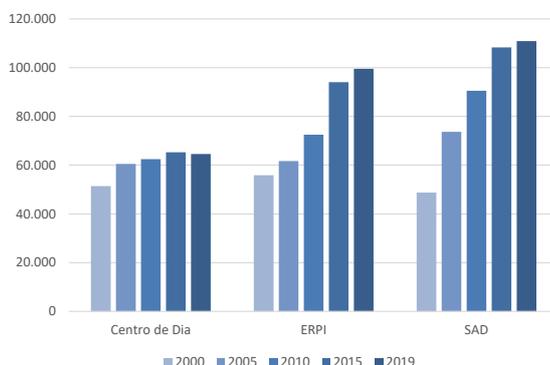
O número de lugares/capacidade nas respostas para as Pessoas Idosas revelou um aumento de 63 %, entre 2000 e 2019, mais acentuado (76 %), contudo, se considera apenas as três principais respostas.

Em 2019, contabilizaram-se na totalidade de respostas para esta população-alvo mais de 297 000 lugares no Continente.

O SAD constitui a resposta, no conjunto das principais respostas que visam o apoio a Pessoas Idosas, com maior oferta de lugares (cerca de 37 % do total) totalizando 111 000 lugares, aproximadamente, em 2019.

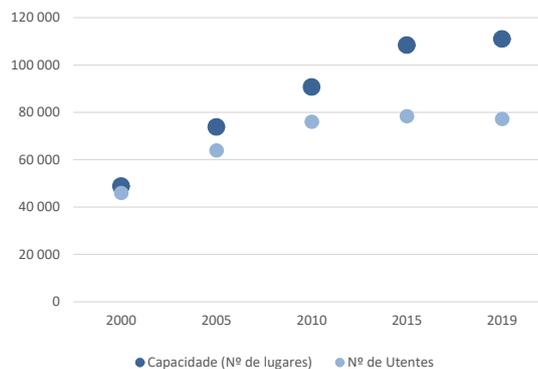
Em 2019, 63 % do número total de lugares em SAD estavam abrangidos por acordos de cooperação²⁵.

Figura 71 – Evolução da capacidade das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2019¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

Figura 72 – Evolução da capacidade e do número de utentes da resposta social SAD, Continente – 2000-2019¹

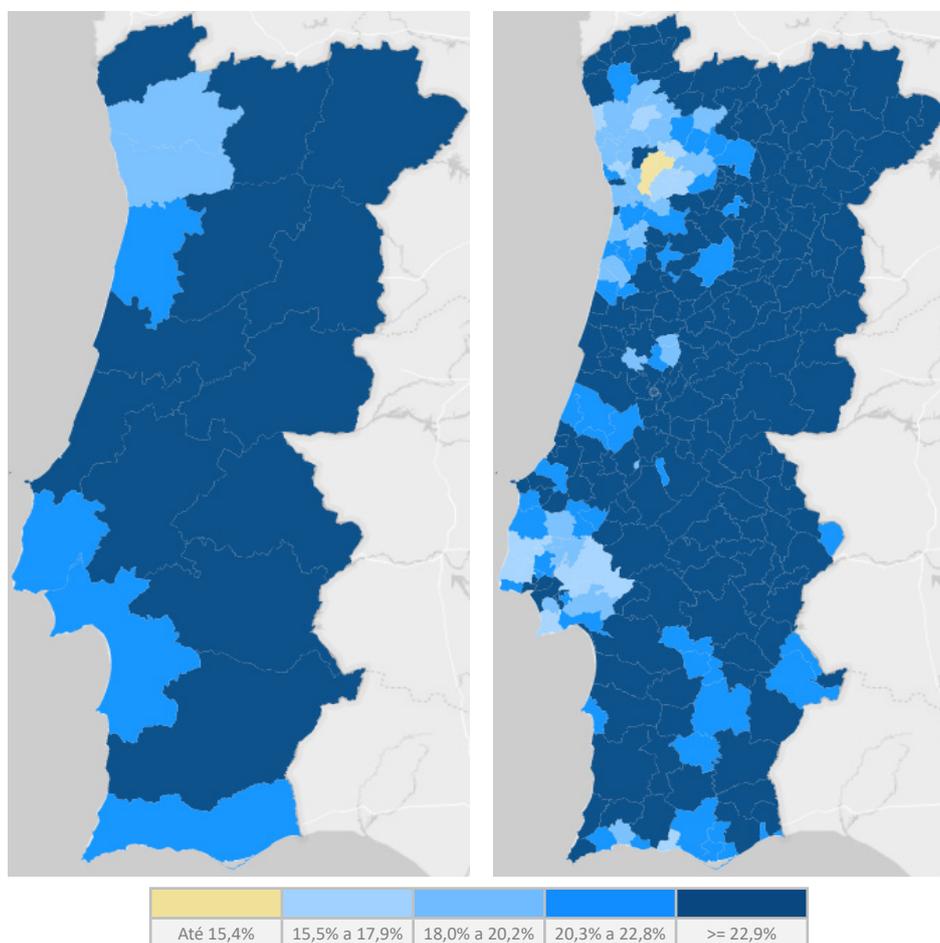


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

²⁵ O Protocolo de Cooperação estabelecido bienalmente entre os Ministérios da Educação (ME), do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) e da Saúde (MS) e as entidades que compõem o setor social e solidário, representados pela União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a União das Mutualidades Portuguesas (UM) e a CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL, atento ao Decreto-Lei n.º 143/2017, define o valor de participação financeira pago por utente/mês em cada uma das respostas abrangidas pelo Protocolo.

3.3.3. Distribuição territorial

Figura 73 – Relação entre a População Idosa (≥ 65 anos) e a População Total, por distrito e por concelho – 2019

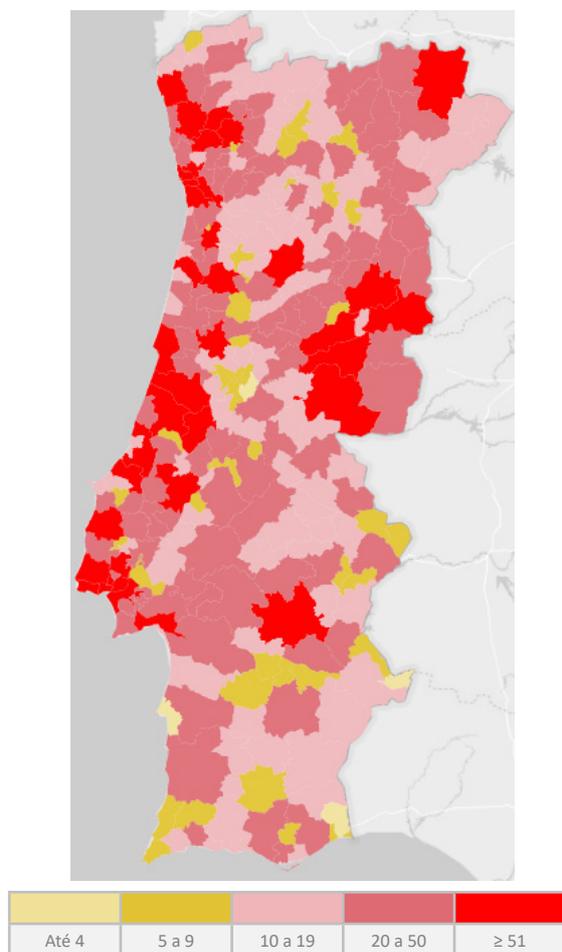


Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2019.

O peso relativo da população residente com 65 ou mais anos na população total tem-se intensificado ao longo dos anos, representando, em 2019, 22,5 % da população total do Continente. Em 2019, dos dezoito distritos do território continental, apenas seis, localizados na faixa litoral, registaram um peso relativo de população com 65 ou mais anos inferior à média do Continente, designadamente Lisboa, Faro, Setúbal, Aveiro, Porto e Braga.

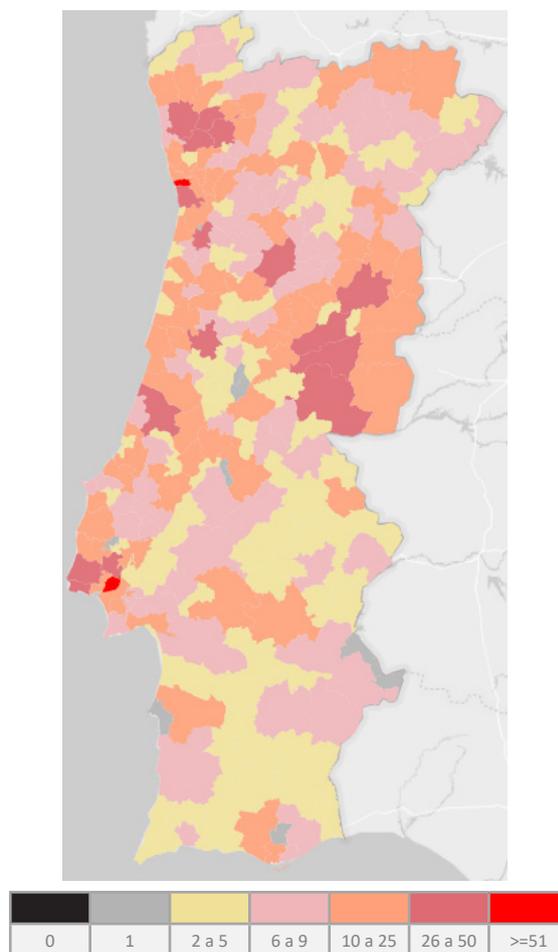


Figura 74 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 75 – Distribuição territorial da resposta social SAD, por concelho – 2019

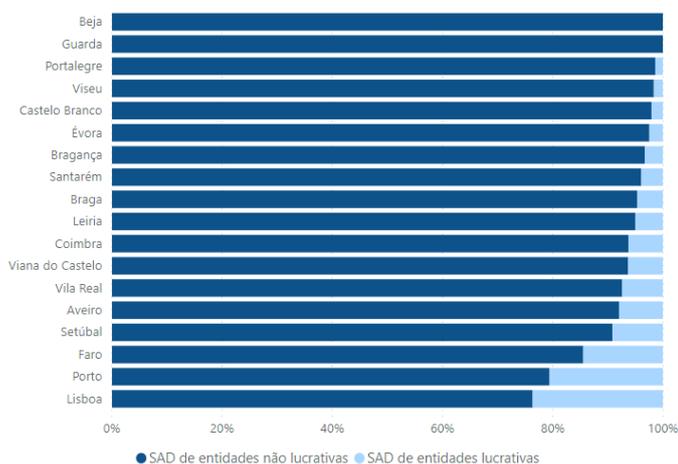


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Em 2019, todos os concelhos do território continental (278) dispunham de respostas sociais dirigidas a esta população-alvo, todavia era notória uma oferta superior nas regiões Norte e Centro. Destaque-se, que dos 278 concelhos do Continente, 234 dispunha de 10 ou mais respostas sociais para os mais idosos.

A prestação de serviços no domicílio era desenvolvida, em 2019, maioritariamente por parte de entidades da rede solidária, embora os distritos de Lisboa, Porto apresentassem uma proporção considerável (acima de 20 %) de respostas propriedade de entidades da rede privada-lucrativa.

Figura 76 – Distribuição percentual da resposta social SAD, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.3.4. Taxa de cobertura

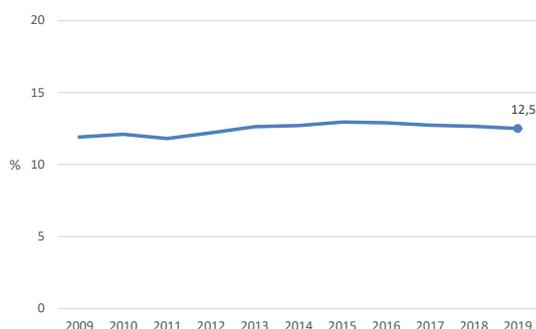
A taxa de cobertura de respostas para as Pessoas Idosas tem evoluído de forma positiva nos últimos dez anos, todavia o aumento acelerado da população com 65 ou mais anos não tem permitido um crescimento mais expressivo da taxa de cobertura ²⁶ destas respostas.

Em 2019, a taxa de cobertura média das principais respostas ²⁷ que visam o apoio a Pessoas Idosas, no Continente, cifrou-se em 12,5 %, refletindo uma taxa de crescimento de 5 p.p. no período 2009-2019.

Em termos territoriais, 188 dos 278 concelhos do Continente apresentava uma taxa de cobertura acima da média (12,5 %).

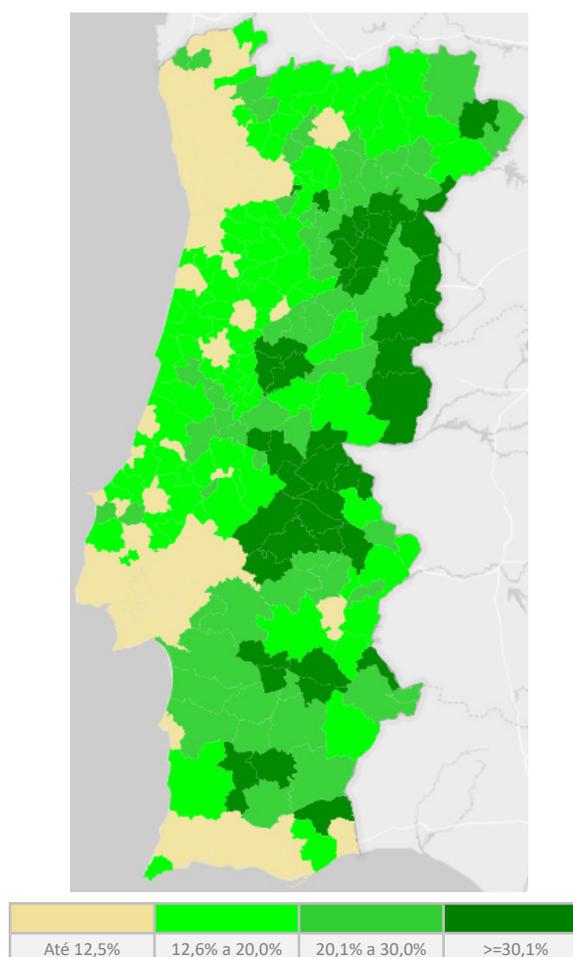
As áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, assim como a região algarvia, apresentavam, em 2019, na maioria dos seus concelhos, taxas de cobertura abaixo da média.

Figura 77 – Evolução da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2009-2019¹



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2019
GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

Figura 78 – Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2019



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2019
GEP-MTSSS, Carta Social

²⁶ Para o cálculo da taxa de cobertura são considerados o número total de lugares existentes e a população de referência da(s) resposta(s) em análise.

²⁷ Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), o Centro de Dia e o Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos (SAD).



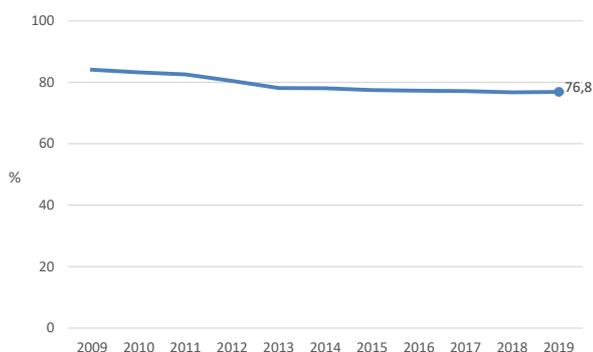
3.3.5. Taxa de utilização

A taxa de utilização²⁸ média das principais respostas sociais²⁹ dirigidas à População Idosa registou uma redução (-8,6), entre 2009 e 2019, tendo-se fixado em 2019 em 76,8 %.

A nível territorial, embora não seja possível identificar um padrão de distribuição, são observáveis taxas de utilização mais elevadas nos concelhos localizados junto à faixa litoral norte e centro.

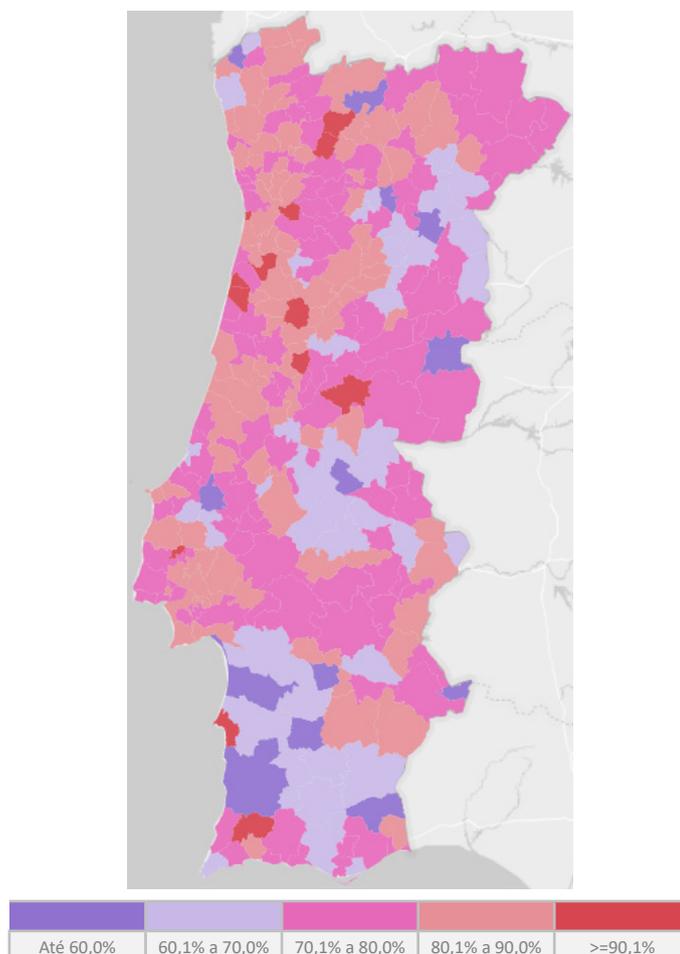
Do universo de concelhos do território continental (278), 108 apresentavam taxas de utilização das principais respostas para a população idosa, em 2019, acima de 80 %.

Figura 79 – Evolução da taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2009-2019¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

Figura 80 – Taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2019



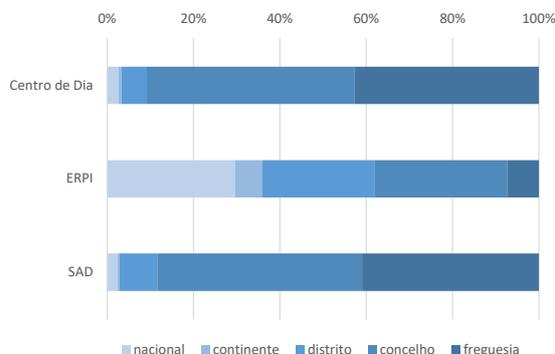
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

²⁸ Para o cálculo da taxa de utilização são considerados o número total de utentes e o número total de lugares existentes da(s) resposta(s) em análise.

²⁹ Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), o Centro de Dia e o Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos (SAD).

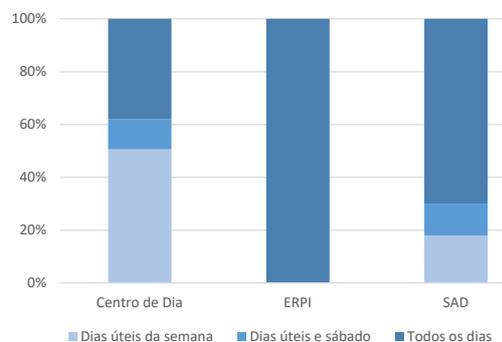
3.3.6. Funcionamento

Figura 81 – Distribuição percentual das principais respostas para as Pessoas Idosas por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 82 – Distribuição percentual das principais respostas para as Pessoas Idosas por período de funcionamento, Continente – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

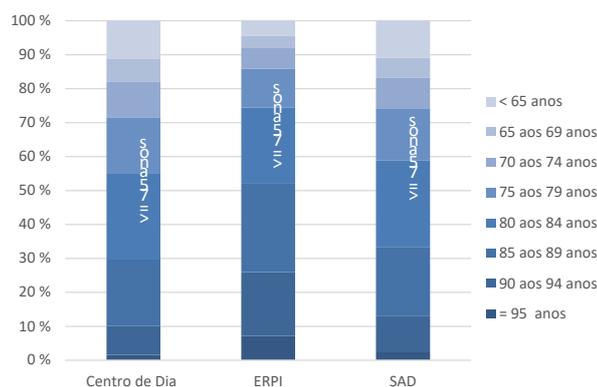
Em 2019, as respostas dirigidas à População Idosa acolhiam maioritariamente utentes provenientes da própria freguesia ou concelho de implantação do equipamento, à exceção da resposta ERPI, onde os utentes oriundos de outros concelhos ou distritos representavam 57 %, traduzindo um raio de abrangência mais alargado.

Quanto ao período de funcionamento, enquanto cerca de metade (51 %) das respostas de Centro de Dia funciona apenas nos dias úteis, 70 % dos SAD presta serviço todos os dias da semana. A resposta ERPI, atendendo ao objetivo a que se destina funciona durante todos os dias da semana.

3.3.7. Caraterização dos utentes

A distribuição etária dos utentes das respostas dirigidas à População Idosa difere de resposta para resposta. Enquanto 72 % e 74 % do universo dos utentes que frequentava as respostas sociais Centro de Dia e SAD, respetivamente, era constituído, em 2019, por utentes com idade igual ou superior a 75 anos, nas respostas de ERPI os idosos com 75 ou mais anos representavam 86 % do total.

Figura 83 – Distribuição percentual dos utentes das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas por escalão etário, Continente – 2019



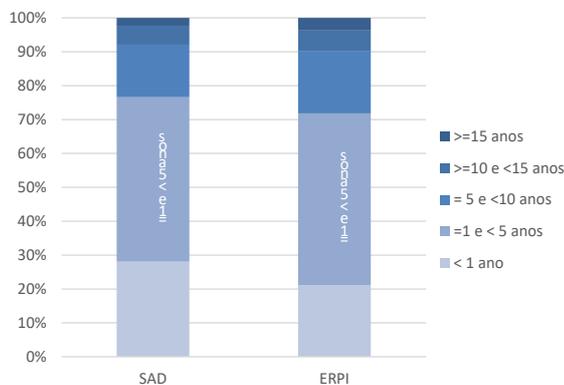
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social



Mais de 70 % dos utentes que utilizavam as respostas sociais SAD e ERPI (77 % e 72 %, respetivamente), em 2019, utilizava a resposta no máximo há 5 anos. Acresce que cerca de 10 % dos utentes de ERPI já permanecia na resposta há 10 ou mais anos.

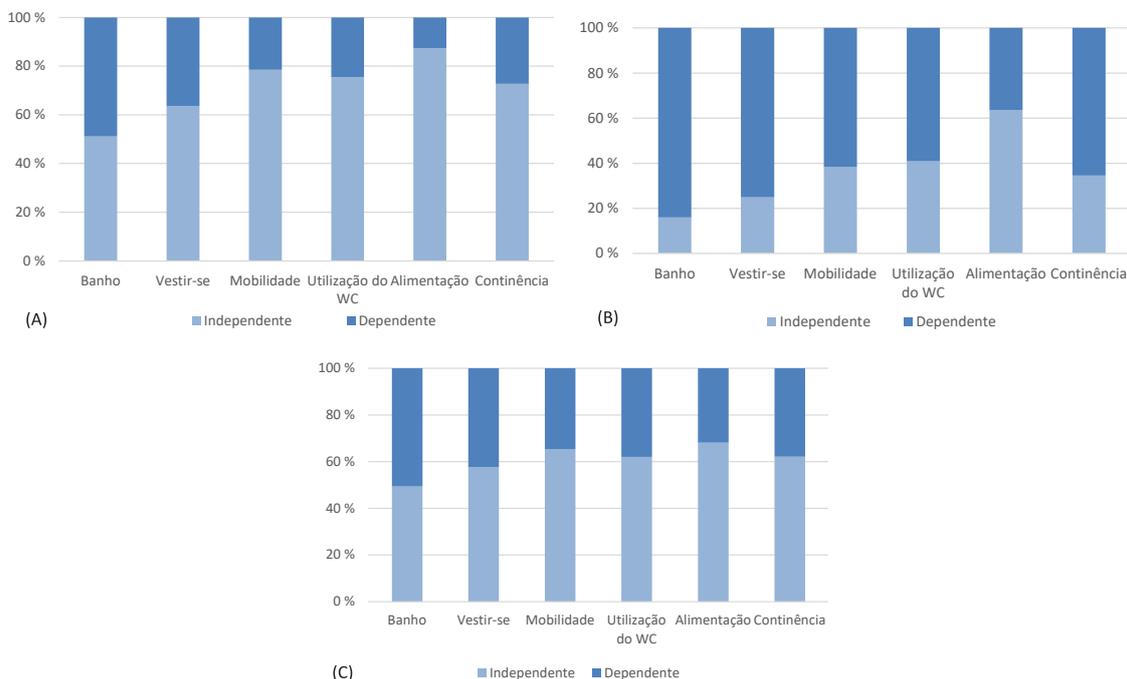
Quanto ao nível de incapacidade, observam-se claras diferenças que distinguem os utentes de Centro de Dia, ERPI e SAD. A análise da capacidade para a realização de atividades básicas de vida diária³⁰ sugere níveis de dependência elevados na resposta ERPI em todas as atividades avaliadas, por oposição às restantes respostas, nas quais a maioria dos utentes é independente na generalidade das atividades avaliadas.

Figura 84 – Distribuição percentual dos utentes das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas por tempo de permanência na resposta, Continente – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

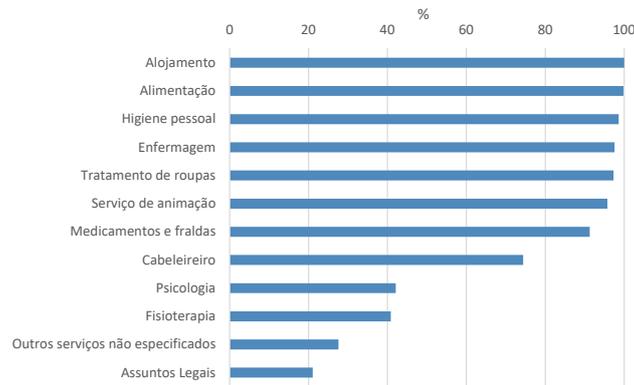
Figura 85 – Distribuição percentual dos utentes em Centro de Dia (A), ERPI (B) e SAD (C) por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

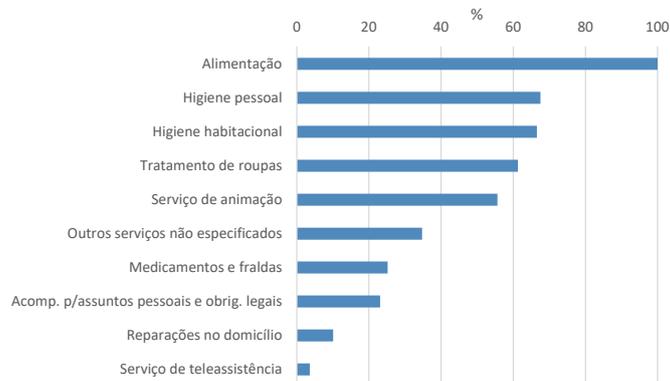
³⁰ A questão sobre as Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) (Banho, Vestir-se, Utilização do WC, Mobilidade, Alimentação e Continência) procura aferir em que medida a incapacidade apresentada pelos utentes limita o desempenho de atividades (relacionadas com o autocuidado) de forma autónoma.

Figura 86 – Distribuição percentual dos utentes em ERPI por serviços prestados, Continente – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 87 – Distribuição percentual dos utentes em SAD por serviços prestados, Continente – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A oferta de serviços de apoio dirigidos a Pessoas Idosas tem crescido nos últimos anos, designadamente no âmbito das respostas ERPI e SAD. Nas respostas ERPI têm ganho expressão os serviços de fisioterapia, psicologia e de cabeleireiro, enquanto nos SAD, para além dos serviços de base, também já são disponibilizados em algumas respostas serviços de animação, acompanhamento dos utentes para resolução de assuntos pessoais e obrigações legais, reparações no domicílio e teleassistência.



3.4 Família e Comunidade

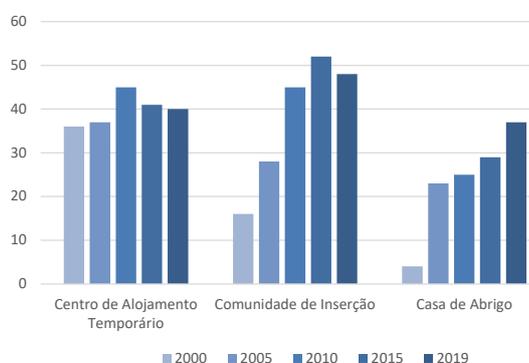
As **respostas sociais dirigidas à Família e Comunidade** têm como objetivo o apoio a pessoas e famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade, exclusão ou de marginalização social, quer através do apoio e acompanhamento social, quer através da minimização de situações de carência, podendo compreender um conjunto de ações integradas com vista à inserção social. O **Centro de Alojamento Temporário (CAT)**, a **Comunidade de Inserção** e a **Casa de Abrigo** constituem algumas das respostas dirigidas a este grupo-alvo, de que ainda fazem parte o **Refeitório/Cantina Social**³¹ e o **Atendimento/Acompanhamento Social**, entre outras.

3.4.1. Número de respostas sociais

A evolução das respostas de apoio à Família e Comunidade revelaram, entre 2000 e 2019, um crescimento muito positivo que no conjunto das respostas em análise³², se cifrou em 123 %, o que reflete o apoio desenvolvido essencialmente por entidades não lucrativas com participação pública.

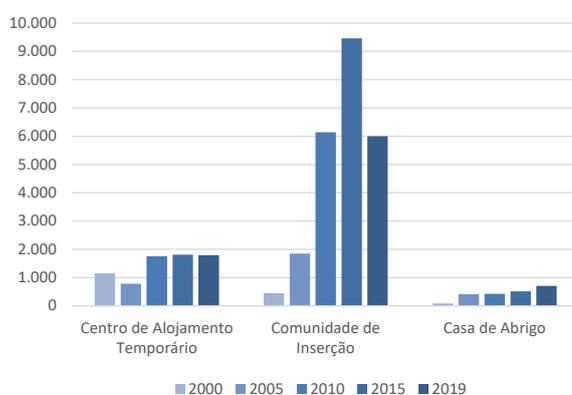
A Comunidade de Inserção e, sobretudo, a Casa de Abrigo, constituem as respostas que maior desenvolvimento têm apresentado. As Casas de Abrigo registaram no período 2000-2019, um aumento superior a 30 novas respostas.

Figura 88 – Evolução de algumas das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2019¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

Figura 89 – Evolução da capacidade de algumas das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2019¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

3.4.2. Capacidade

A capacidade das respostas dirigidas a este grupo-alvo tem acompanhado o aumento do número de respostas. A Comunidade de Inserção, embora com algumas oscilações no período em análise, consiste na resposta que dispõe de maior capacidade, seguida da Casa de Abrigo.

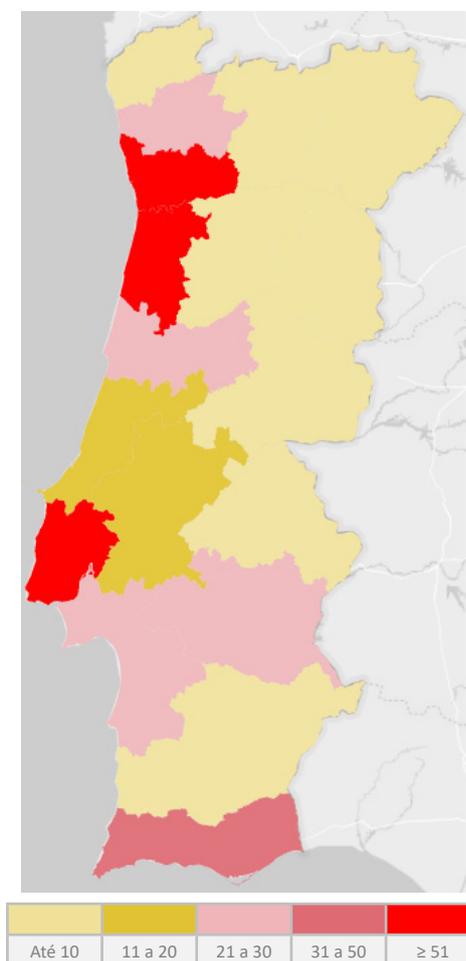
31 Atendendo ao facto da informação obtida não ser precisa quanto à natureza da resposta, ou seja, se se trata de respostas instituídas, nos últimos anos, no âmbito da RSES e/ou de cantinas no quadro do Programa de Emergência Social (PES), optou-se por não se apresentar a informação relativa à resposta Refeitório/Cantina Social.

32 Centro de Alojamento Temporário (CAT), Comunidade de Inserção e Casa de Abrigo.

3.4.3. Distribuição territorial

A distribuição territorial das respostas sociais dirigidas ao apoio à Família e Comunidade evidencia uma concentração acentuada de respostas nos distritos dispostos ao longo da faixa litoral. Destaque-se que os distritos de Lisboa, Porto e Aveiro agregam 58 % da oferta no Continente.

Figura 90 – Distribuição territorial das respostas sociais para a Família e Comunidade, distrito – 2019

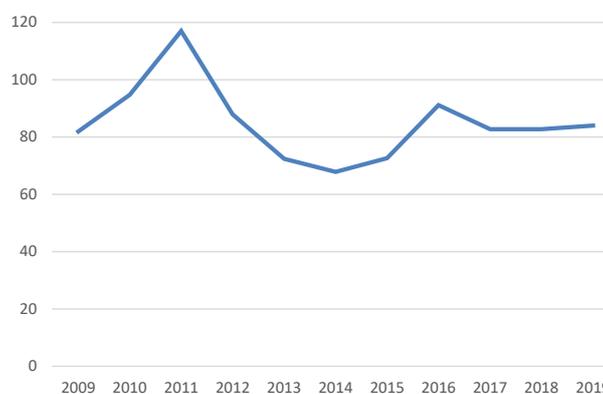


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.4.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização média do conjunto das respostas sociais em análise³³, dirigidas à Família e Comunidade, registou algumas oscilações entre 2009 e 2019, contudo, é de destacar uma estabilização da ocupação em torno dos 80 %, desde 2016. Em 2019, a taxa de utilização média situou-se em 84 %.

Figura 91 – Evolução da taxa de utilização de algumas das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2009-2019¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

33 Centro de Alojamento Temporário (CAT), Comunidade de Inserção e Casa de Abrigo.



3.4.5. A resposta social Acolhimento Familiar

Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens

A resposta **Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens**³⁴ destina-se a crianças e jovens até aos 18 anos em situação de perigo a quem as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) ou o Tribunal tenha aplicado uma medida de promoção e proteção. Esta resposta consiste numa medida de carácter temporário, concretizada através da atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, visando a integração em meio familiar, bem como a prestação de cuidados adequados às necessidades, bem-estar e educação necessária ao desenvolvimento integral das crianças e dos jovens. O objetivo desta resposta, prosseguida através das famílias de acolhimento, é assegurar à criança ou ao jovem um meio sociofamiliar adequado ao desenvolvimento da sua personalidade, em substituição da família natural, enquanto esta não disponha de condições. Para além disso, constituem, também, objetivos da resposta afastar o perigo em que a criança ou jovem se encontra, proporcionar as condições que permitam proteger e promover a segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral da criança ou jovem e garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.

Acolhimento Familiar de Idosos e Adultos com Deficiência

O **Acolhimento Familiar de Idosos e Adultos com Deficiência ou Incapacidade**³⁵, resposta desenvolvida por famílias consideradas idóneas, consiste no acolhimento familiar de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos ou de pessoas adultas com deficiência ou incapacidade (com idade igual ou superior a 18 anos), de forma temporária ou permanente e a tempo completo ou a tempo parcial. O objetivo desta resposta é assegurar à pessoa um meio sociofamiliar e afetivo adequado à satisfação das suas necessidades básicas e ao respeito pela sua identidade, personalidade e privacidade.

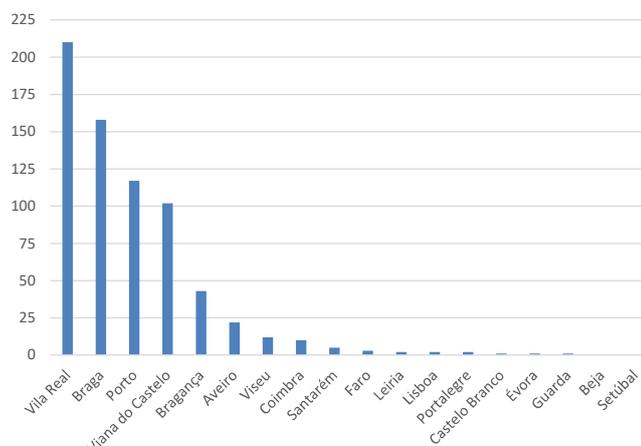
Pese embora disponha de enquadramento e objetivos distintos conforme o grupo-alvo a que se destina, a resposta de Acolhimento Familiar no âmbito deste relatório continua a ser analisada de forma agregada.

34 O Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, veio regular o regime de aplicação do acolhimento familiar de crianças e jovens, previsto na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro - que aprovou a proteção de crianças e jovens em perigo.

35 O regime de acolhimento familiar de idosos e adultos com deficiência é regulado pelo Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de outubro.

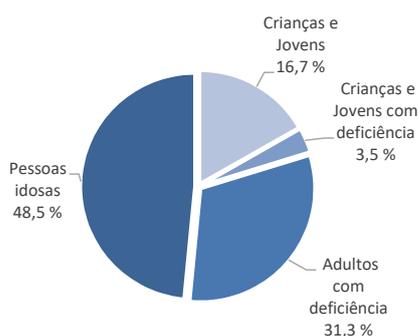
No ano de 2019, contabilizaram-se cerca de 700 famílias de acolhimento, aproximadamente, no território continental, valor que não sofreu grandes alterações face a 2018. É de destacar que 96 % das famílias estavam concentradas em sete distritos da região Norte (Vila Real, Braga, Porto, Viana do Castelo, Bragança, Aveiro e Viseu), o que revela a fraca disseminação desta resposta no restante território do Continente.

Figura 92 – Distribuição da reposta social Família de Acolhimento por distrito – 2019



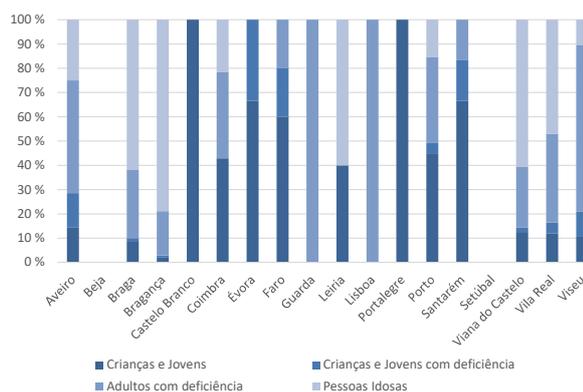
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 93 – Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo, Continente – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 94 – Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo, por distrito – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Do universo de pessoas acolhidas em famílias de acolhimento, as Pessoas Idosas representavam 48,5 % do total, em 2019, todavia em termos de distribuição territorial o acolhimento das pessoas mais idosas tinha registo em apenas 9 distritos, maioritariamente da região Norte. As Crianças e Jovens, embora constituíssem o terceiro grupo-alvo em termos de peso relativo (16,7 %), estavam presentes em maior número de distritos do território continental (14 distritos).



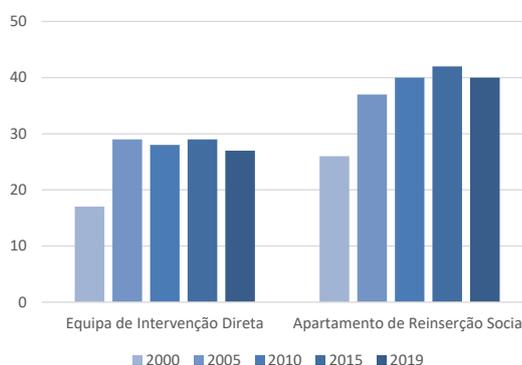
3.5 Pessoas Toxicodependentes

As respostas sociais dirigidas a **Pessoas Toxicodependentes** visam o apoio à população toxicodependente e às respetivas famílias, quer através de unidades de intervenção, quer em equipamento, por via do acolhimento temporário destas pessoas que após a sua saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional.

3.5.1. Número de respostas sociais

As respostas sociais destinadas a pessoas toxicodependentes evidenciaram, no período 2000-2019, um crescimento muito positivo (56 %), que se traduziu em mais 24 novas respostas.

Figura 95 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente – 2000-2019¹



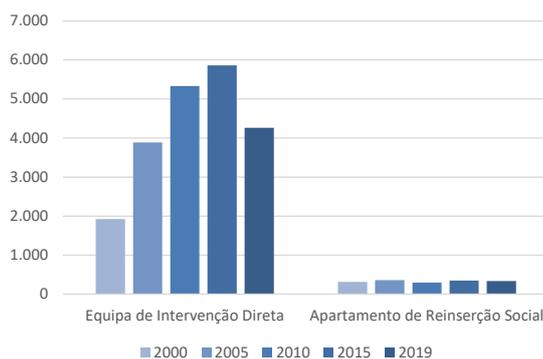
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

3.5.2. Capacidade

Quanto à capacidade, embora desde 2015 se verifique uma descida da oferta, visível sobretudo ao nível das equipas de intervenção, no conjunto do período de análise (2000-2019) o crescimento foi de 105 % no total da capacidade de apoio nas respostas dirigidas a este grupo-alvo.

De referir, ainda, que as Equipas de Intervenção Direta representavam, em 2019, 93 % da capacidade de resposta para Pessoas Toxicodependentes.

Figura 96 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente – 2000-2019¹



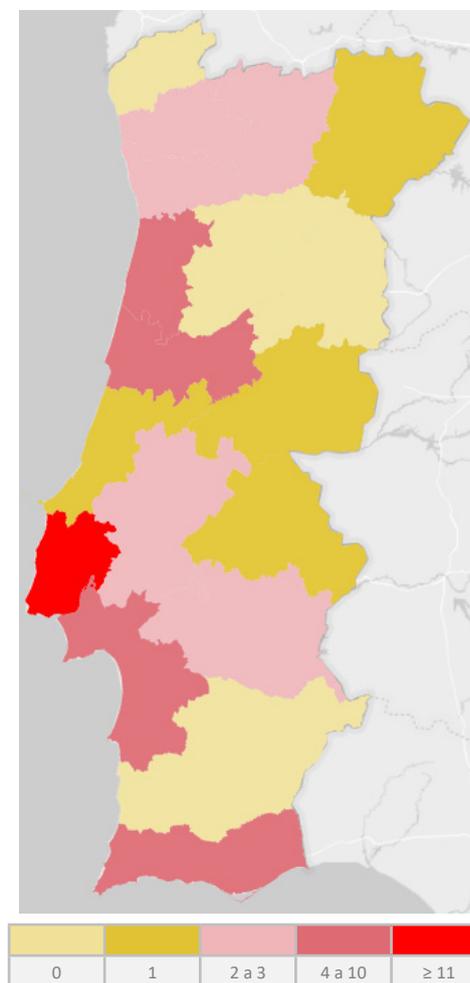
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

3.5.3. Distribuição territorial

A distribuição territorial das respostas sociais dirigidas a este grupo-alvo revela grandes assimetrias no território continental. Os distritos situados ao longo da faixa litoral continuavam a registar um número mais elevado de respostas dirigidas às Pessoas Toxicodependentes em 2019.

O distrito de Lisboa continuava a ser, em 2019, o distrito com maior número de respostas, concentrando 42 % do número total das respostas existentes.

Figura 97 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, distrito – 2019

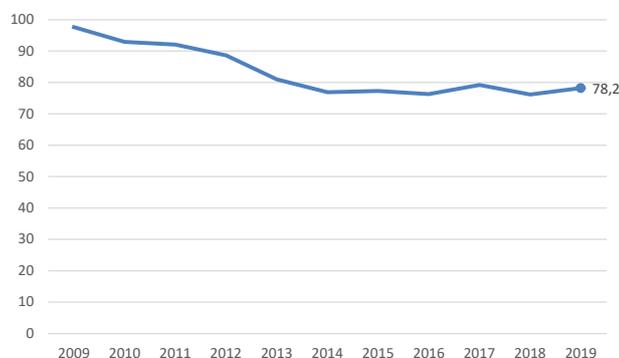


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.5.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização da resposta Apartamento de Reinserção Social situou-se, em 2019, em 78 %, traduzindo a tendência de descida verificada nos últimos anos.

Figura 98 – Evolução da taxa de utilização da resposta Apartamento de Reinserção Social, Continente – 2009-2019¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.



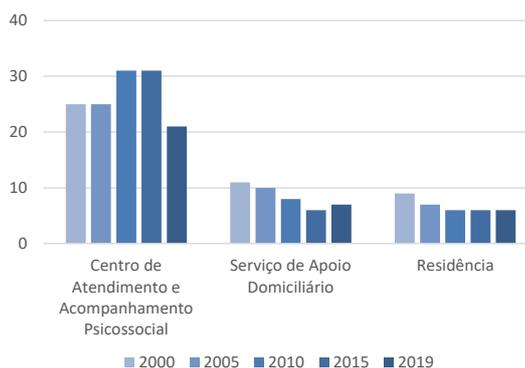
3.6 Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias

As respostas sociais que visam o **apoio a pessoas infetadas pelo VIH/SIDA e às suas famílias** têm por objetivo a promoção da autonomia, integração social e a saúde, dividem-se em três tipos: (1) Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, (2) Serviço de Apoio Domiciliário e (3) Residência para Pessoas infetadas com o VIH/SIDA.

3.6.1. Número de respostas sociais

O número de respostas sociais do âmbito da RSES dirigidas a pessoas com VIH/SIDA apresenta uma tendência de decréscimo, entre 2000 e 2019, visível em todas as tipologias.

Figura 99 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2019¹

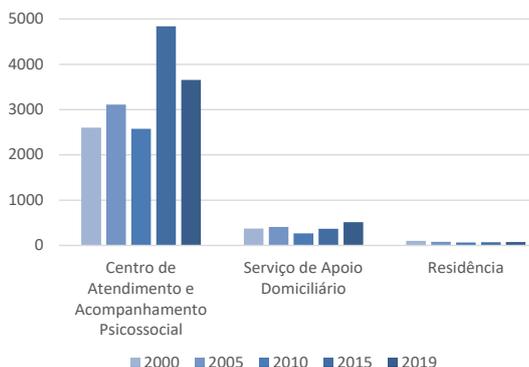


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

3.6.2. Capacidade

Relativamente à capacidade instalada do conjunto das respostas dirigidas a este grupo-alvo, verificou-se um crescimento de 38 % em 2019 face a 2000, não obstante a descida registada nos Centros de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial no período de 2015 a 2019.

Figura 100 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2019¹



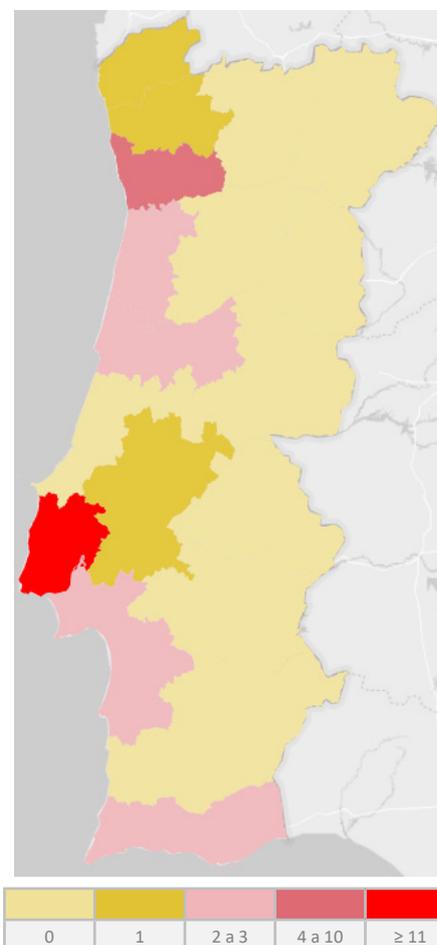
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

3.6.3. Distribuição territorial

A distribuição geográfica das respostas destinadas a Pessoas Infetadas pelo VIH/ SIDA revela uma concentração nos distritos do litoral do território continental e a quase inexistência destas respostas no interior do país.

O distrito de Lisboa reunia, em 2019, metade das respostas (50 %), seguido pelo distrito do Porto (12 %).

Figura 101 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, distrito – 2019

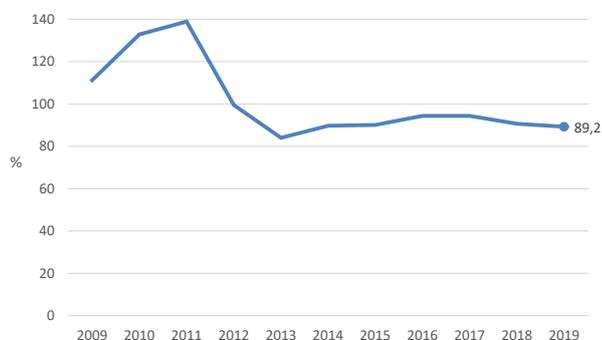


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.6.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização das respostas dirigidas a este grupo-alvo, ainda que tenha registado valores acima da lotação máxima até 2011, apresentou nos últimos anos uma redução da utilização média. Em 2019, a taxa de utilização média do conjunto das respostas sociais dirigidas a esta população situou-se em 89,2 %.

Figura 102 – Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2009-2019¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.



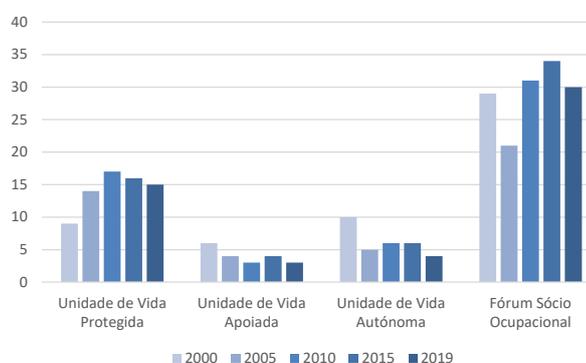
3.7 Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

As respostas dirigidas a **Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico** abrangem um conjunto de respostas integradas de cuidados de saúde e de apoio social dirigidas a pessoas com doença mental grave de que resulte incapacidade psicossocial, e que se encontrem em situação de dependência física, psíquica ou social, transitória ou permanente. Estas respostas têm como objetivo promover a reabilitação, a autonomia e a integração sociofamiliar e profissional, dividindo-se em quatro tipos de respostas em função da gravidade da doença e do grau de autonomia da pessoa: (1) Fórum Socio-ocupacional, (2) Unidade de Vida Autónoma, (3) Unidade de Vida Apoiada e (4) Unidade de Vida Protegida.

3.7.1. Respostas sociais

O conjunto das respostas sociais que visam o apoio a Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, do âmbito da RSES, registaram, no período de análise, alguma oscilação marcada por uma tendência de decréscimo. Saliente-se que de acordo com o artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 8/2010³⁶, de 28 de janeiro, iniciou-se a reconversão progressiva destas tipologias de resposta, criadas no âmbito do Despacho Conjunto n.º 407/98, de 18 de Junho, ou respostas idênticas já existentes, em unidades e equipas de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental (CCISM).

Figura 103 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2019¹



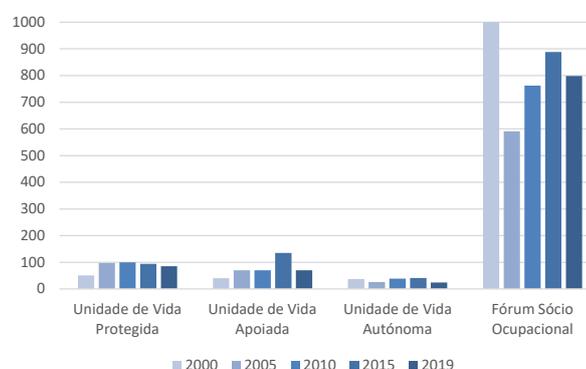
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

3.7.2. Capacidade

A capacidade instalada destas tipologias de resposta, apresentou, igualmente, entre 2000 e 2019, algumas oscilações, sendo visível uma quebra em consonância com o número de respostas.

Salienta-se, ainda, neste âmbito, que dando cumprimento ao objetivo de expansão e melhoria da RNCCI na componente de saúde mental, foi autorizada, ao abrigo do Despacho n.º 1269/2017, de 26 de janeiro, a celebração de

Figura 104 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2019¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

36 O Decreto-Lei n.º 8/2010, de 28 de janeiro, cria um conjunto de unidades e equipas de cuidados continuados integrados de saúde mental (CCISM).

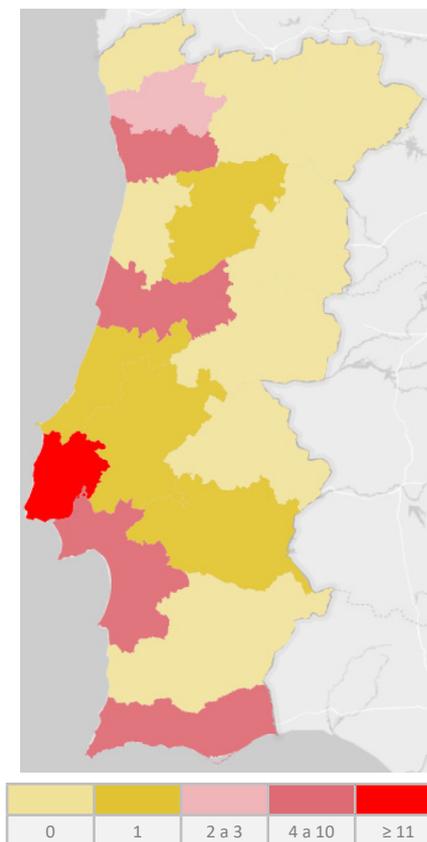
contratos-programa³⁷ no âmbito da RNCCI na área da prestação de Cuidados Continuados Integrados em Saúde Mental (CCISM).

3.7.3. Distribuição territorial

A distribuição de respostas sociais para as pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico apresentava, em 2019, grandes assimetrias.

Lisboa continuou a ser o distrito com maior número de respostas, registando cerca de 44 % do total.

Figura 105 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, distrito – 2019

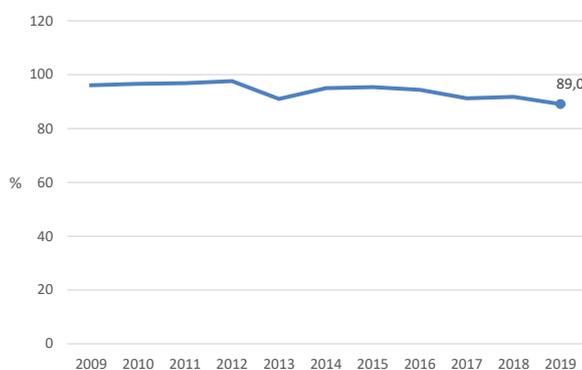


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.7.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização média das respostas sociais direcionadas para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico tem-se mantido em valores bastante elevados (acima de 90 %), tendo-se fixado, em 2019, em 89,0 %.

Figura 106 – Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2019¹



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social
¹Quebra de série a partir de 2017.

37 Prorrogados até 31 de dezembro de 2020, ao abrigo do Despacho n.º 5142/2020.



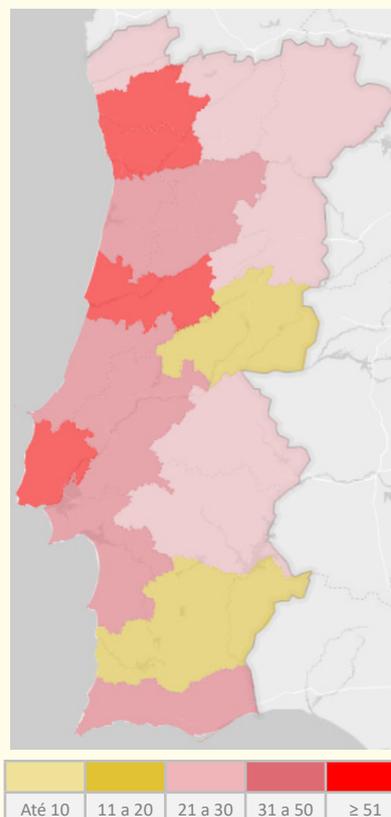
3.8 Unidades e Equipas de Cuidados Continuados Integrados

Em 2006, o Decreto-Lei 101/2006, de 6 de junho veio estabelecer a operacionalização da estratégia nacional conjunta entre os setores da saúde e da segurança social para a prestação de cuidados de saúde integrados, através de uma rede nacional e intersectorial, a **Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)**. Este novo paradigma veio assim agilizar e ajustar as respostas aos grupos de pessoas em situação de dependência e aos diferentes momentos e circunstâncias da própria evolução das patologias e situações sociais, sendo simultaneamente, promotoras de autonomia e participação dos destinatários, reforçando as capacidades e competências das famílias para lidar com essas situações, nomeadamente no que respeita ao acompanhamento familiar e à harmonização entre a vida familiar e vida profissional. A RNCCI é tutelada pelos Ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde, sendo formada por um conjunto de instituições públicas e privadas que prestam cuidados continuados de saúde e de apoio social.

A RNCCI é constituída por unidades de internamento, designadamente Unidades de Cuidados Continuados de Convalescência (UC), Unidades de Cuidados Continuados de Média Duração e Reabilitação (UMDR), Unidades de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção (ULDM) e Equipas Domiciliárias de Cuidados Continuados Integrados (ECCI) de saúde e de apoio social, entre outras unidades de cuidados com menor expressão e dirigidas a grupos específicos, de que são exemplo os Cuidados Pediátricos e a Saúde Mental.

A Carta Social, no âmbito do processo de atualização da informação de 2019, integrou, pela primeira vez, os elementos relativos às unidades que compõem a RNCCI, pelo que tal situação deverá ser tida em conta na análise da informação. Por este motivo, a análise destas unidades é feita em separado, tendo por base os elementos disponíveis. Em 2019, por referência a 31 de dezembro, encontravam-se registadas na Carta Social 671 unidades e equipas de cuidados continuados integrados no território continental, 89 % das quais desenvolvidas por entidades não lucrativas, i.e., da rede pública e da rede solidária. Os distritos de Lisboa, Porto, Coimbra e Braga concentravam o maior número de unidades/ equipas. O número total de lugares fixou-se em 14 900, aproximadamente, dos quais quase cerca de $\frac{1}{3}$ encontravam-se distribuídos pela região Norte.

Distribuição territorial das Unidades e Equipas de Cuidados Continuados, por distrito – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Distribuição percentual das unidades/ equipas de cuidados continuados integrados, por natureza jurídica da entidade proprietária – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Distribuição territorial da percentagem de unidades/equipas de cuidados continuados integrados por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária – 2019

NUTS II	Total (%)	Unidades/ Equipas de entidades lucrativas (%)	Unidades/ Equipas de entidades não lucrativas (%)
Norte	32,8	24,7	33,8
Centro	31,9	34,2	31,6
Área Metropolitana de Lisboa	14,3	32,9	12,0
Alentejo	14,3	4,1	15,6
Algarve	6,7	4,1	7,0
Continente	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

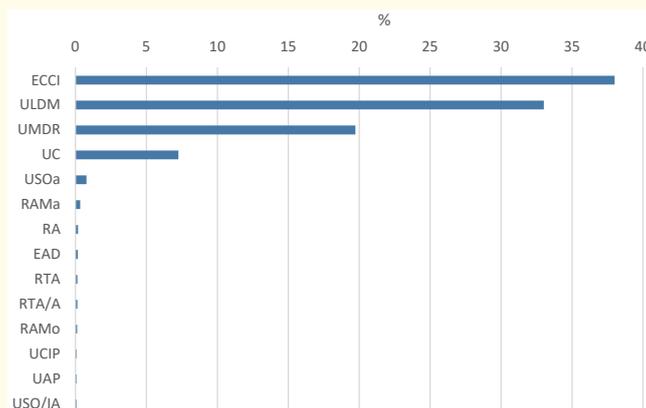
Distribuição territorial da percentagem de lugares em unidades/equipas de cuidados continuados integrados, por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária – 2019

NUTS II	Total (%)	Unidades/ Equipas de entidades lucrativas (%)	Unidades/ Equipas de entidades não lucrativas (%)
Norte	29,7	23,3	30,8
Centro	27,4	33,6	26,3
Área Metropolitana de Lisboa	21,9	33,2	20,0
Alentejo	12,4	4,0	13,8
Algarve	8,7	6,0	9,1
Continente	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Quanto à tipologia, as ECCI (38%) na vertente domiciliária e as ULDM (33 %) na vertente de internamento, eram as unidades com maior proporção de lugares, em 2019, seguidas das UMDR (20 %).

Distribuição do número de lugares em unidades/equipas de cuidados continuados integrados, por tipologia – 2019



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social



4. Despesas de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público

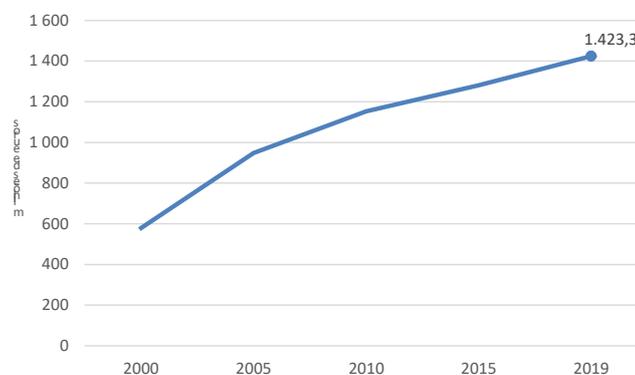
4.1. Despesa de funcionamento

O funcionamento das respostas sociais que compõem a RSES é suportado pelos acordos de cooperação, celebrados entre o Estado e as entidades que integram a rede solidária (IPSS e entidades equiparadas), a comparticipação do utente e/ou dos familiares e as receitas próprias das instituições.

A despesa pública com acordos de cooperação registou um crescimento de 145,8 %, no período 2000-2019, traduzindo a atualização anual dos valores da comparticipação pública por utente e o aumento do número de utentes abrangidos pelos acordos de cooperação.

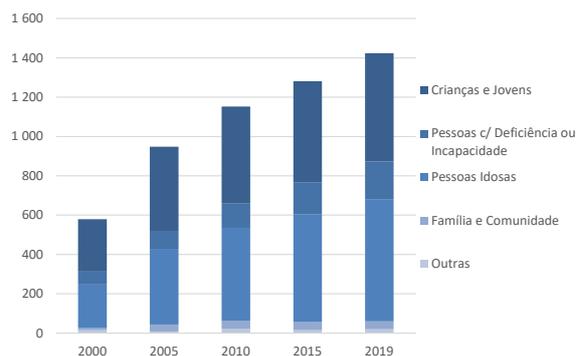
Em 2019, a despesa pública referente a acordos de cooperação para funcionamento das respostas sociais cifrou-se em 1 423 milhões de euros, sendo que 43,5 % visava o apoio a Pessoas Idosas e 38,6 % a Crianças e Jovens.

Figura 107 – Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação, Continente – 2000-2019



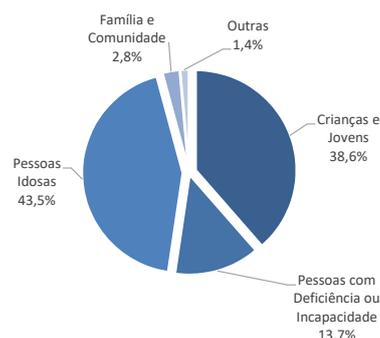
Fonte: IGSS-MTSS, Conta da Segurança Social.

Figura 108 – Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população-alvo, Continente – 2000-2019



Fonte: IGSS-MTSS, Conta da Segurança Social.

Figura 109 – Distribuição percentual da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população alvo, Continente – 2019



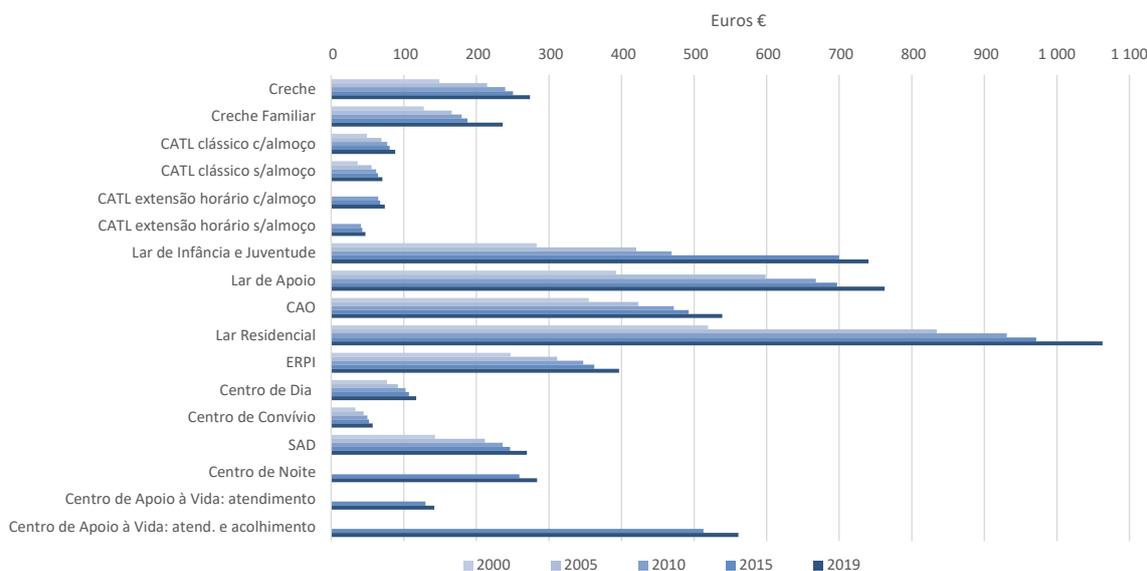
Fonte: IGSS-MTSS, Conta da Segurança Social.

A despesa com as respostas sociais dirigidas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, embora apresentassem, em 2019, um peso relativo de 13,7 %, apresentou, juntamente com a despesa em respostas dirigidas à Família e Comunidade, o crescimento mais acentuado (199,2 % e 274,6%, respetivamente), entre 2000 e 2019.

4.2. Comparticipação da Segurança Social através dos acordos de cooperação

O valor da comparticipação financeira da Segurança Social, por força dos acordos de cooperação celebrados para as respostas sociais abrangidas pelo Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário para o biénio 2019-2020, foi aumentado em 3,5 % em 2019, face a 2018. As respostas sociais dirigidas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade continuam a constituir as respostas com os valores mais elevados de comparticipação por utente, designadamente o Lar Residencial, o Lar de Apoio e o Centro de Atividades Ocupacionais. No âmbito das Crianças e Jovens em situação de perigo, a resposta Lar de Infância e Juventude, por efeito da reestruturação de que foi alvo, beneficiou de um incremento no valor da comparticipação financeira a partir de 2013, constituindo a terceira resposta social com maior comparticipação financeira por utente.

Figura 110 – Evolução da comparticipação da Segurança Social, por resposta social e utente, com base nos acordos de cooperação, Continente – 2000-2019



Fonte: Protocolos de Cooperação e Compromissos de Cooperação para o Sector Social e Solidário.

ANEXOS



Nomenclaturas e Conceitos

(Despacho de Aprovação do Secretário de Estado da Segurança Social, exarado em 2006/01/19)

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Crianças e Jovens

AMA

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de crianças que não sejam suas parentes ou afins na linha reta ou no 2.º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

CRECHE FAMILIAR

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por um conjunto de amas (não inferior a 12 nem superior a 20), que residam na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos Centros Distritais de Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou Instituições Particulares de Solidariedade Social com atividades no âmbito das 1.ª e 2.ª infâncias.

CRECHE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.

ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família.

CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES – CATL

Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiatividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família.

Crianças e Jovens com Deficiência

INTERVENÇÃO PRECOCE

Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante ações de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social.

LAR DE APOIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a acolher crianças e jovens com necessidades educativas especiais que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual ou que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social desenvolvida através de um serviço de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

Crianças e Jovens em Situação de Perigo

CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, vocacionada para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares.

EQUIPA DE RUA DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, destinada ao apoio a crianças e jovens em situação de perigo, desinseridas a nível sociofamiliar e que subsistem pela via de comportamentos desviantes.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA CRIANÇAS E JOVENS

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma família ou a uma pessoa singular, habilitadas para o efeito, tecnicamente enquadradas, decorrente da aplicação da medida de promoção e proteção, visando a sua integração em meio familiar.

CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

APARTAMENTO DE AUTONOMIZAÇÃO

Resposta social, desenvolvida em equipamento – apartamento inserido na comunidade local – destinada a apoiar a transição para a vida adulta de jovens que possuem competências pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulem e potenciem recursos existentes nos espaços territoriais.

POPULAÇÃO ADULTA

Pessoas Idosas

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

CENTRO DE CONVÍVIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades socio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade.



CENTRO DE DIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar.

CENTRO DE NOITE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que tem por finalidade o acolhimento noturno, prioritariamente para pessoas idosas com autonomia que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento ou insegurança necessitam de suporte de acompanhamento durante a noite.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS IDOSAS

Resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas idosas quando, por ausência ou falta de condições de familiares e/ou inexistência ou insuficiência de respostas sociais, não possam permanecer no seu domicílio.

RESIDÊNCIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, constituída por um conjunto de apartamentos com espaços e/ou serviços de utilização comum, para pessoas idosas, ou outras, com autonomia total ou parcial.

LAR DE IDOSOS

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.

ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS – ERPI

(Nova denominação das respostas residenciais para pessoas idosas, substituindo as designações lar de idosos e residência para idosos, nos termos da Portaria n.º 67/2012, de 21 de março.)

Considera-se estrutura residencial para pessoas idosas, o estabelecimento para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem. A estrutura residencial pode assumir um das seguintes modalidades de alojamento: a) Tipologias habitacionais, designadamente apartamentos e ou moradias; b) Quartos e c) Tipologias habitacionais em conjunto com o alojamento em quartos.

Pessoas Adultas com Deficiência

CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO E ANIMAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, organizada em espaço polivalente, destinado a informar, orientar e apoiar as pessoas com deficiência, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias à resolução dos seus próprios problemas, bem como atividades de animação sociocultural.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS – CAO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas com deficiência, a partir da idade adulta.

LAR RESIDENCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

Pessoas em Situação de Dependência

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

APOIO DOMICILIÁRIO INTEGRADO – ADI

Resposta que se concretiza através de um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.

UNIDADE DE APOIO INTEGRADO – UAI

Resposta, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

APOIO DOMICILIÁRIO INTEGRADO – ADI

Resposta que se concretiza através de um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.

UNIDADE DE APOIO INTEGRADO – UAI

Resposta, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

UNIDADE DE VIDA APOIADA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas que, por limitação mental crónica e fatores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as atividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente.



Pessoas Sem-Abrigo

EQUIPA DE RUA PARA PESSOAS SEM-ABRIGO

Resposta social, desenvolvida através de um serviço prestado por equipa multidisciplinar, que estabelece uma abordagem com os sem-abrigo, visando melhorar as suas condições de vida.

ATELIER OCUPACIONAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao apoio à população adulta, sem abrigo, com vista à reabilitação das suas capacidades e competências sociais, através do desenvolvimento de atividades integradas em programas “estruturados” que implicam uma participação assídua do indivíduo, ou “flexíveis” onde a assiduidade depende da sua disponibilidade e motivação.

FAMÍLIA E COMUNIDADE

Família e Comunidade em Geral

ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO SOCIAL

Resposta social, desenvolvida através de um serviço de primeira linha, que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, atuar em situações de emergência.

GRUPO DE AUTO-AJUDA

Resposta social, desenvolvida através de pequenos grupos para interajuda, organizados e integrados por pessoas que passam ou passaram pela mesma situação/problema, visando encontrar soluções pela partilha de experiências e troca de informação.

CENTRO COMUNITÁRIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um polo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido.

CENTRO DE FÉRIAS E DE LAZER

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores.

REFEITÓRIO/CANTINA SOCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.

CENTRO DE APOIO À VIDA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o apoio e acompanhamento a mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém-nascidos, que se encontram em risco emocional ou social.

COMUNIDADE DE INSERÇÃO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, com ou sem alojamento, que compreende um conjunto de ações integradas com vista à inserção social de diversos grupos alvo que, por determinados fatores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social.

CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO – CAT

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.

AJUDA ALIMENTAR

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de gêneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias.

Pessoas com VIH/Sida e Suas Famílias

CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL – CAAP

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, dirigida a pessoas infetadas e/ou doentes de VIH, vocacionada para o atendimento, acompanhamento e ocupação em regime diurno.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

RESIDÊNCIA PARA PESSOAS INFETADAS PELO VIH/SIDA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para alojar pessoas infetadas e/ou doentes de VIH, em rutura familiar e desfavorecimento socioeconómico.

Pessoas Toxicodependentes

EQUIPA DE INTERVENÇÃO DIRETA

Resposta social desenvolvida através de um serviço constituído por unidades de intervenção junto da população toxicodependente e suas famílias e junto de comunidades afetadas por este fenómeno.

APARTAMENTO DE REINserÇÃO SOCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste em acolher, temporariamente, pessoas toxicodependentes, que após a saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional.

Pessoas Vítimas de Violência Doméstica

CENTRO DE ATENDIMENTO

Resposta, desenvolvida através de um serviço constituído por uma ou mais equipas técnica e pluridisciplinares, que assegura o atendimento, apoio e reenaminhamento das mulheres vítimas de violência, tendo em vista a proteção destas.

CASA DE ABRIGO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste no acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.



GRUPO FECHADO DE RESPOSTAS PONTUAIS

APOIO DOMICILIÁRIO PARA GUARDA DE CRIANÇAS

Serviço prestado por pessoas enquadradas por uma instituição que, por conta própria, mediante pagamento pecuniário, se deslocam ao domicílio para prestação de cuidados individuais a crianças, durante um determinado período de tempo, fora dos horários dos equipamentos tradicionais e de acordo com as necessidades da família.

APOIO EM REGIME AMBULATÓRIO

Resposta social, desenvolvida através de um serviço/equipamento, destinada ao apoio de pessoas com deficiência, a partir dos 7 anos, suas famílias e técnicos da comunidade, que desenvolve atividades de avaliação orientação e intervenção terapêutica e socioeducativa promovidas por equipas transdisciplinares.

IMPrensa BRAILLE

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência visual, que se destina a produzir, adaptar e editar a produzir, adaptar e editar livros em Braille, de suporte ao processo de ensino/aprendizagem, assim como às atividades de natureza cultural e recreativa.

ESCOLA DE CÃES-GUIA

Equipamento onde se desenvolvem atividades de formação, educação e treino de cães-guia para apoio à pessoa cega.



Carta Social



REPÚBLICA
PORTUGUESA

TRABALHO, SOLIDARIEDADE
E SEGURANÇA SOCIAL



Gabinete de Estratégia
e Planeamento

MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL